

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Mídias Digitais
Curso de Comunicação em Mídias Digitais**

EMERSON LOPES BARBOSA

JOÃO PESSOA

2020

EMERSON LOPES BARBOSA

Territórios de interlocução e participação: O Edital “UFPB no seu Município” como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas

Trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Comunicação em Mídias Digitais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de bacharel em Comunicação em Mídias Digitais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Falcão

JOÃO PESSOA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Setorial do CCHLA

B238t Barbosa, Emerson Lopes.

Territórios de interlocução e participação: o edital "UFPB no seu município" como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas / Emerson Lopes Barbosa. - João Pessoa, 2020.

98 f. : il.

Orientação: Thiago Pereira Falcão Falcão.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Políticas Públicas. 2. Interlocução dialógica. 3. Extensão universitária. 4. Gestão social. I. Falcão, Thiago Pereira Falcão. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 37.014.5

Elaborado por KARLA MARIA DE OLIVEIRA - CRB-485

EMERSON LOPES BARBOSA

Territórios de interlocução e participação: O Edital “UFPB no seu Município” como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas

Trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Comunicação em Mídias Digitais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de bacharel em Comunicação em Mídias Digitais.

Aprovado em: 10 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão
(Orientador)

Profa. Dra. Adriana dos Santos Marmori Lima
(Examinadora)

Profa. Dra. Vania Maria de Medeiros
(Examinadora)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Árvore e o Rizoma: forma vs agenciamento.....	22
Figura 2 - Rizoma.....	23
Figura 3 - Abordagem gráfica da teoria do rizoma.....	27
Figura 4 - Relação intersubjetiva de diálogo.....	35
Figura 5 - Processo de escolha do Universo, da população alvo e da amostra.....	48
Figura 6 - Infográfico Dinâmico de dados do Programa “UFPB no seu município”...71	
Figura 7: Grafo da Rede de Extensão do Programa UFPB no seu município no Brasil.....	74
Figura 8: Grafo da Rede de Extensão do Programa UFPB no seu município na Paraíba.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Educação.....	53
Gráfico 2: Quantidade de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saúde.....	54
Gráfico 3: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas Urbanas.....	55
Gráfico 4: Quantidades de citações das Políticas Públicas de Renda e Emprego...56	
Gráfico 5: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saneamento Básico.....	55
Gráfico 6: Quantidades de citações das Políticas Públicas de Produção Agrícola..58	
Gráfico 7: Quantidades de citações das Políticas Públicas Ambientais.....	59
Gráfico 8: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas Culturais.....	61
Gráfico 9: Quantidades de citações das Políticas Públicas.....	62
Gráfico 10: Porcentagem de ações de extensão vinculadas às Políticas Públicas..63	
Gráfico 11: Quantidade de Municípios divididos por Estados.....	64
Gráfico 12: Porcentagem dos Locais de Realização divididos por Tipos.....	64
Gráfico 13: Quantidade dos Locais de Realização divididos por Setores.....	65
Gráfico 14: Porcentagem de respostas aos questionários por Áreas Temáticas dos Projetos.....	67
Gráfico 15: Quantidade de ações que geraram políticas públicas.....	68
Gráfico 16: Porcentagem de ações que geraram políticas públicas por setores.....	68
Gráfico 17: Quantidades de ações que captaram recursos externos via Editais.....	69
Gráfico 18: Quantidades de ações que captaram recursos externos via prestação de serviços acadêmicos.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de ação.....	32
Quadro 2: Aspectos da racionalidade da ação.....	33
Quadro 3: Aspectos da Ação dialógica rizomática.....	37
Quadro 4: Distinção entre cooperação, coordenação e colaboração.....	43
Quadro 5: Escalas, Tipos e Testes Estatísticos.....	46
Quadro 6: Quantidade de propostas aprovadas nos Editais do Programa UFPB no seu Município.....	66
Quadro 7: Quantidade de respostas obtidas aos questionários por Editais do Programa UFPB no seu Município.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de ações desenvolvidas, bolsas ofertadas e municípios parceiros (2013-2020).....	16
Tabela 2: Quantidade de acordos de cooperação e parcerias firmadas (2013-2020).....	19
Tabela 3: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Educação.....	52
Tabela 4: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saúde.....	53
Tabela 5: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas Urbanas.....	54
Tabela 6: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Renda e Emprego.....	55
Tabela 7: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saneamento Básico.....	57
Tabela 8: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Políticas de Produção Agrícola.....	58
Tabela 9: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas Ambientais.....	59
Tabela 10: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Cultura.....	60
Tabela 11: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas.....	61
Tabela 12: Tipos de Locais de Realização.....	96
Tabela 13: Quantidade de respostas aos questionários por Áreas Temáticas dos Projetos.....	66

À minha filha, Elis Anahi, que por sua forma
inigualável de amar, deu-me sentido à
palavra vida.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela incursão científica e acadêmica propiciada ao longo dos últimos quatro anos.

Ao Professor Dr. Thiago Pereira Falcão por sua orientação, pesquisador crítico e responsável.

Às Professoras doutoras que participaram da banca examinadora, Dra. Adriana dos Santos Marmorini Lima e a Dra. Vania Maria de Medeiros, por suas colaborações.

Aos docentes de outros cursos da UFPB em que pude cursar disciplinas que auxiliaram no processo de formação crítica.

Aos servidores técnicos administrativos da UFPB com os quais pude trabalhar, em nome de Alberto dos Santos Cabral, coordenador do Programa “UFPB no seu município”.

Aos servidores terceirizados pelas suas contribuições no exercício de seus trabalhos nas mais variadas áreas.

À reitora Profa. Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, ao Pró-reitor de Pesquisa, Prof. Isac Almeida de Medeiros e em especial, a Pró-reitora de Pós-graduação, Profa. Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa e a Marçonilia Maria Dias Arnaud, coordenadora da Coordenação de Programas e Ação Comunitária, pelas oportunidades de colaborar com o aprimoramento da comunicação científica da UFPB.

À amiga Graça Rodrigues por sua amizade, colaboração e apoio.

À minha mãe, Veronice Lopes por ser um exemplo de perseverança e superação das adversidades da vida. A minha família, em especial às minhas tias Sesarina Lopes e Lourdes Lopes, sem as quais dificilmente eu teria chegado até este ponto.

À minha filha, Elis Anahi, por me dar forças todos os dias e por compreender a minha ausência.

A todos aqueles que não citei, mas que de alguma forma contribuíram para minha formação enquanto ser humano.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se pesquisar sobre a comunicação institucional, a fim de identificar em quais formas as ações de extensão do Programa “UFPB no seu Município” poderiam contribuir para uma maior interlocução dialógica entre universidade e sociedade tendo como benefício o estímulo a gestões municipais para a criação de políticas públicas contextualizadas nos municípios onde elas atuam. Realizou-se, então, análises de conteúdo em documentos de propostas de ações de extensão aprovadas e concluídas de 2017 a 2019, análises de bancos de dados *online* (SIGAA-UFPB, DataSEBRAE, IBGE-Cidades, Portal da Transparência), e análises de questionários. Diante disso, verificou-se o alto grau de territorialização das ações de extensão, sendo que elas são realizadas em todas as mesorregiões do Estado da Paraíba e em outros quatro estados brasileiros, três na região Nordeste e um na região Centro-oeste. Foi percebido que as ações de extensão possuem elevada capacidade de articulação de múltiplas organizações públicas e privadas e verificou-se a possibilidade de captarem recursos externos para fomento às suas atividades, o que impõe a constatação de que há potencial para criação de políticas públicas contextualizadas com as realidades locais a partir das ações de extensão.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Interlocução dialógica. Extensão universitária. Gestão Social.

ABSTRACT

In this work, we sought to research institutional communication, in order to identify in which ways the extension actions of the “UFPB in your Municipality” Program could contribute to a greater dialogical dialogue between university and society, with the benefit of stimulating municipal administrations to the creation of contextualized public policies in the municipalities where they operate. Then, content analyzes were carried out on documents of proposals for extension actions approved and concluded from 2017 to 2019, analyzes of online databases (SIGAA-UFPB, DataSEBRAE, IBGE-Cidades, Portal da Transparência), and analyzes of questionnaires. Therefore, there was a high degree of territorialization of extension actions, which are carried out in all mesoregions of the State of Paraíba and in four other Brazilian states, three in the Northeast and one in the Midwest. It was noticed that the extension actions have a high capacity to articulate multiple public and private organizations and the possibility of raising external resources to promote their activities was verified, which imposes the realization that there is potential for the creation of contextualized public policies with local realities based on extension actions.

Keywords: Public Policies. University Extension. Social Management. Dialogue.

*“Homo digitalis,
Tecnoculto,
Ciberilusões.”*

(Emerson Lopes)

SUMÁRIO

1.	PRIMEIRO PLATÔ - INTRODUÇÃO.....	13
2.	SEGUNDO PLATÔ - REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1.	Extensão Universitária e Cidadã.....	18
2.2.	Rizoma e multiplicidade.....	21
2.3.	A construção epistemológica de uma Rede baseada no Rizoma.....	26
2.4.	Educomunicação.....	29
2.5.	Diálogos.....	32
2.5.1.	Ação dialógica rizomática.....	32
2.5.2.	Dialogando com os Municípios e as políticas públicas.....	37
2.5.3.	Dialogando com o Segundo setor.....	39
2.5.4.	Dialogando com o Terceiro setor.....	41
3.	TERCEIRO PLATÔ - METODOLOGIA.....	45
4.	QUARTO PLATÔ - ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	51
4.1.	RESULTADOS.....	51
4.2.	DISCUSSÕES.....	70
5.	QUINTO PLATÔ - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
6.	REFERÊNCIAS.....	81
7.	ANEXOS.....	87
7.1.	ANEXO A.....	89
7.2.	ANEXO B.....	83
8.	APÊNDICES.....	88
8.1.	APÊNDICE I.....	94
8.2.	APÊNDICE II.....	96

1. PRIMEIRO PLATÔ¹ - INTRODUÇÃO

A partir do ano de 1995, após mudanças sociais causadas pelas interações homem-tecnologia, a sociedade desenvolveu mais necessidades de visualização de resultados nas realizações públicas nas diversas esferas dos poderes públicos (MARQUES, 2016). Essas necessidades que se refletem no aumento de cobranças às instituições por maior abertura à participação social dos cidadãos nas decisões coletivas na esfera pública resultam numa intensificação das demandas na área da comunicação pública.

Nos anos 1990 com o governo FHC (1995-2002) foram implementados um conjunto de políticas neoliberais e a reforma da Administração Pública Federal, marcada pela inserção de tecnologias digitais e transformações organizacionais no Governo. Desde então, as instituições de educação superior públicas (IESPs), tentando se adequar às tendências neoliberais na economia, têm sido cada vez mais alvos desses questionamentos da sociedade, as críticas vão desde os custos de se manterem pesquisadores com altos salários até às dos recursos que poderiam ser obtidos com prestações de serviços a empresas.

No contexto político atual desde a eleição presidencial de 2018, com decisões e discursos do atual governo federal, pressões em relação aos “resultados”, à “produtividade” em todos os setores dos serviços públicos estão se intensificando. As universidades há muito sofrem com ataques: seja pela rotulação de uma elitização do ensino e conseqüentemente do conhecimento; seja por apelo das populações de uma maior transparência e prestação de contas das ações desenvolvidas dentro das mesmas; seja pela necessidade da realização de medidas de impacto e responsabilidade social vinculadas às camadas mais baixas da sociedade.

Deste modo, o problema de pesquisa pode ser afigurado na seguinte pergunta: Como a política de extensão proposta através do Programa UFPB no seu município baseada no diálogo multissetorial pode contribuir para a criação de políticas públicas contextualizadas em microterritórios na Paraíba?

¹ "Chamamos "platô" toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma." (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 32)

A hipótese para a problemática em questão se deu na seguinte formulação:

Hipótese 1 (H1): A extensão universitária através do programa “ UFPB no seu município” dá subsídios para processos de interlocução e gera potencial para a criação de políticas públicas por meio de parcerias entre UFPB, o Estado da Paraíba, o Mercado e a Sociedade Civil da Paraíba.

Este trabalho refletiu acerca do processo de interlocução dialógica² interinstitucional e intersetorial na expectativa de encontrar soluções que possibilitasse a execução de políticas públicas sociais, a partir da extensão cidadã, que integrassem as multiplicidades das necessidades sociais, além de fortalecerem o espírito da identificação com o território e a cidadania nos cidadãos por estas ações atingidas.

Neste sentido, o trabalho analisou: se o processo de interação nas relações de parcerias entre universidade e sociedade formulado em suas políticas institucionais de responsabilidade social, a despeito de limitações, auxiliaria para a criação de uma cultura de impacto social e desenvolvimento local baseada em políticas públicas contextualizadas em microrregiões.

O objetivo geral desta pesquisa foi o de contribuir com a revisão de conceitos e a práxis relevantes para a compreensão sobre extensão no âmbito do programa “UFPB em seu município”. Para atingir o objetivo geral foram traçados quatro objetivos específicos: a) Avaliar a vinculação da ação de extensão do referido programa com os temas das subcategorias de políticas públicas; b) Identificar a construção de políticas públicas a partir de ações de extensão; c) Analisar se houve captação de fomento além dos recursos garantidos pelo programa UFPB em seu município; d) Investigar a responsabilidade social dos coordenadores dos projetos e; e) Refletir aspectos teóricos das formas de interação entre universidade e comunidade e discutir esta perspectiva no âmbito das ações de extensão no referido programa.

² À fim de esclarecimento, por “interlocução dialógica” entenda-se a criação de ações de extensão compartilhadas (projetos, cursos, programas, etc.) em parceria com atores sociais, gestores públicos, organizações da sociedade civil, entre outras entidades representativas dos diversos setores da sociedade.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaram-se análises documentais e de bancos de dados *online*. A análise documental e de conteúdo foi fundamentada em propostas aprovadas no Programa “UFPB no seu município”. Os bancos de dados utilizados foram o do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFPB), o IBGE-Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DataSEBRAE do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O presente trabalho se justificou pela necessidade de compreender de que modo a construção de políticas institucionais extensionistas poderia favorecer o desenvolvimento territorial a partir de ações de extensão universitária, contribuindo eficazmente para o impacto social através do fortalecimento e desenvolvimento humano, assim como de arranjos produtivos na vida das comunidades que recebem ações de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Portanto, este trabalho buscou trazer conceitos, definições necessárias para se pensar uma política de extensão universitária mais compatível e contextualizada com as comunidades onde se inserem as ações e provocando atores extensionistas a se articularem com gestores públicos e líderes comunitários para juntos construir propostas de ações que atendessem as demandas e conseqüentemente pudessem ser geradoras de maiores impactos sociais locais.

Como referência de construção política para verificação e análise de tal efeito foi utilizado o Edital do Programa “UFPB no seu Município”, uma iniciativa da Pró-reitoria de Extensão (PROEX/UFPB). Esse programa teve a intenção de fortalecer e propiciar aos municípios paraibanos práticas educativas que resultam em ações que contemplem o desenvolvimento sustentável e a economia criativa. Com isso, esta pesquisa teve como público-alvo os docentes com ações de extensão aprovados no triênio 2017-2019.

Desse modo, objetivou também identificar traços que favorecessem o estabelecimento de uma política de extensão universitária visando ações que

possibilitem propostas auto-sustentáveis e financiáveis³ através de hélice tríplice de participação Estado-Mercado-Sociedade Civil. O que, no nosso entendimento e de acordo com Botelho (2014), proporcionaria um maior impacto social, cultural e econômico, além de ser precursora de uma cultura dialógica e da participação social através da democracia participativa, resultando numa gestão social do território, em busca de contribuir para o exercício da cidadania no Estado da Paraíba por meio da extensão universitária.

No que tange o âmbito institucional, os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFPB em seus Relatórios de Gestão anuais, conta que durante os anos de 2013 a 2019 resultaram em cerca de 640 ações espalhadas por mais de 70 municípios paraibanos, da zona da mata ao sertão, contemplando alunos bolsistas com aproximadamente 475 bolsas de extensão oriundas de recursos de orçamento da UFPB.

Tabela 1: Quantidade de ações desenvolvidas, bolsas ofertadas e municípios parceiros (2013-2020).

ANO	EDITAL - UFPB NO SEU MUNICÍPIO		
	AÇÕES	BOLSAS	MUNICÍPIOS
2013	53	0	63 ⁴
2014	90	29	Dado não encontrado
2015	101	42	16
2016	116	64	Dado não encontrado
2017	55	80	58
2018	99	130	40
2019	126	130	42

Fonte: Relatórios de Gestão e SIGAA-Extensão.

Além da relevância social, analisamos uma das políticas institucionais de extensão, o Programa “UFPB no seu Município”, a qual até então não tinha sido regulamentada formalmente. Tratava-se de uma política exitosa em diversos aspectos, no entanto, pouco efetiva no que tangia a objetividade e impacto social no território paraibano. Sendo que era possível gerar inúmeros resultados a partir do

³ Ações de extensão auto-sustentáveis e financiáveis seriam propostas através de parcerias que possibilitaram o compartilhamento de recursos humanos, materiais e financeiros para a execução da ação no território.

⁴ Número indicado em matéria oficial da ASCOM - Reitoria da UFPB em 06/12/2013. Disponível em: <http://www.ufpb.br/antigo/content/programa-ufpb-no-seu-munic%C3%ADpio-promove-curso-de-viv%C3%Aancia-em-a%C3%A7%C3%B5es-legislativas-na-c%C3%A2mara-mun> . Acesso em 25 out. 2020.

aprimoramento da política institucional da UFPB se bem articulada com as políticas Municipais, Estadual e Federal.

Buscou-se contribuir para a área da comunicação pública interinstitucional e intersetorial, dando ênfase a ampliação das possibilidades de efeito territorial e impacto social do Programa “UFPB no seu Município” como instrumento institucional de responsabilidade social. Além disso, fez-se relevante esta pesquisa exploratória e de caráter descritivo pelo seu teor de originalidade, partindo da não existência de pesquisas voltadas a verificar o impacto social na sociedade de políticas institucionais de extensão a partir das ações de extensão universitária do Programa “UFPB no seu município”.

Assim sendo, este trabalho analisou se as ações de extensão conseguem se articular com parceiros de diversos setores da sociedade, de forma a engendrar uma cultura de colaboração multissetorial que possibilitasse o fomento a políticas públicas *in loco*, desenvolvidas não só para as comunidades, mas tendo as comunidades como integrantes da construção em geral numa relação de respeito.

Desta forma, percebemos que é alto o grau de territorialização⁵ das ações de extensão, sendo que elas são realizadas em todas as mesorregiões do Estado da Paraíba e em outros três estados brasileiros. Foi percebido que as ações de extensão possuem elevada capacidade de articulação de múltiplas organizações públicas e privadas. Verificou-se a possibilidade de captarem recursos externos para fomento às suas atividades. Além disso, foi observado potencial para criação de políticas públicas contextualizadas com as realidades locais e possibilidades de implementação de práticas que visem a interlocução dialógica por meio do Programa “UFPB no seu município”.

⁵ A territorialização é o modo de delineamento e criação de um território por meio do estabelecimento de determinado grupo social e suas relações sócio-político-culturais com a terra. (OLIVEIRA, 1998; ARAÚJO E CALDAS, 2019).

2. SEGUNDO PLATÃO - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Extensão Universitária e Cidadã

A extensão universitária em seu caráter dialógico tem seu conceito atual definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) a partir da influência de reflexões e contribuições do pensador pernambucano Paulo Freire, ao afirmar que não se faz extensão sem diálogo, sem compromisso com o indivíduo e com sua realidade, entendendo o outro como ser sujeito de suas próprias ações e compreendedor de sua realidade, dando-lhe o direito de ser indivíduo dotado de subjetividade e não apenas objeto quantitativo de determinada ação institucional.

Esta é a razão pela qual, se alguém, juntamente com outros, busca realmente conhecer, o que significa sua inserção nesta dialogicidade dos sujeitos em torno do objeto cognoscível, não faz extensão, enquanto que, se faz extensão, não proporciona, na verdade, as condições para o conhecimento, uma vez que sua ação não é outra senão a de estender um “conhecimento” elaborado aos que ainda não o têm, matando, deste modo, nestes, a capacidade crítica para tê-lo. (FREIRE, 1983, p. 17)

No contexto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Extensão Universitária é regida internamente pela Resolução nº 61/2014 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB, e, nacionalmente, pela Política Nacional de Extensão Universitária, reforçada pela Resolução nº 07, de dezembro de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho de Educação Nacional do Ministério da Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamentando o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação, a saber:

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

Nesta perspectiva empática e dialógica, a extensão universitária expressa o papel político-social da universidade da qual ela é ação, levando em consideração a territorialização na sociedade com a qual ela se relaciona. Dessa maneira, é importante salientar que seu objetivo é a criação de processos interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e sociais, na busca da promoção de relações

dialógicas e transformadoras tanto para a universidade quanto para a sociedade civil (FORPROEX, 2012).

Para alcançar esses objetivos e reforçar a política institucional de extensão universitária através de planejamento estratégico, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFPB), por meio da Coordenação de Extensão Cultural (COEX), lançou no ano de 2013, o Programa “UFPB no seu Município”. Este programa é mantido por recursos próprios da universidade e tem como intuito quebrar paradigmas até então enraizados no fazer extensionista e propiciar novas formas de se relacionar junto às comunidades nos municípios paraibanos.

O Programa “UFPB no seu Município” prioriza práticas extensionistas nas áreas de concentração da educação e da cultura, que possibilitam a formação cidadã da comunidade acadêmica e externa e o desenvolvimento sustentável, econômico, artístico e cultural dos municípios em sua área de atuação por meio da elucidação da necessidade de ações conjuntas, universidade-sociedade, visando o empoderamento dessas comunidades para a melhoria da qualidade de vida.

Tabela 2: Quantidade de acordos de cooperação e parcerias firmadas (2013-2020).

ANO	EDITAL	
	UFPB NO SEU MUNICÍPIO	
2013		63
2014	Dados inexistentes	
2015	Dados inexistentes	
2016		12
2017		55
2018		61
2019	Dados inexistentes	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de relatórios de Gestão.

No mais, a Extensão Universitária vem reforçar o fazer acadêmico, expresso no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, em que está caracterizada a indissociabilidade da Extensão com o Ensino e a Pesquisa, buscando a difusão e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade nas suas dimensões humanas, éticas, econômicas, culturais e sociais (FORPROEX, 2012, p. 15-16).

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p. 53-54).

Assim sendo, fazem necessárias a reflexão e a análise crítica de como a extensão universitária tem possibilitado, através de suas ações em território, o diálogo democrático junto aos mais diversos setores da sociedade e em suas mais variadas camadas sociais. Dessa forma, buscando avançar nas conceituações, aprofundaremos os conceitos de rizoma e da educomunicação.

A extensão universitária enquanto rede de ações de extensão pulverizadas num território plano horizontal, um platô, pode ser compreendida enquanto uma teia rizomática. Essa concepção de rede em forma de rizoma nos permite compreender o encadeamento de ações extensionistas a partir da perspectiva da multiplicidade produtiva de novas ações. Por sua vez, essa nova rede rizomática que resultará da articulação conceitual entre a extensão e o rizoma, formulará uma teia propiciadora de ações de extensão que viabilizem o desenvolvimento de subjetividades locais.

Para fomentar a conexão entre as diversas ações de extensão no território paraibano é necessária a formação de um ecossistema comunicativo dialógico. A educomunicação enquanto área de conhecimento preocupada com o estabelecimento de vínculos dialógicos por meio da alteridade em rede é provocadora de ecossistemas de interlocução. Nesse sentido, compreende-se que para fins de reflexão teórica, a educomunicação pode também compor a formulação epistemológica proposta e impulsionar os processos dialógicos entre os diferentes componentes das ações de extensão em redes rizomáticas.

Com esse quadro conceitual, nosso propósito é investigar as triangulações sociais sob a ótica do diálogo, do rizoma, da educomunicação e da democracia participativa a partir das ações de extensão como platôs capilarizadores dos “nós” da rede de extensão da Universidade Federal da Paraíba. Além disso, é possível verificar como os nós podem ser potencializadores de espaços de decisões coletivas

por meio dos acordos de cooperação e parcerias junto a seus parceiros dentro do território paraibano.

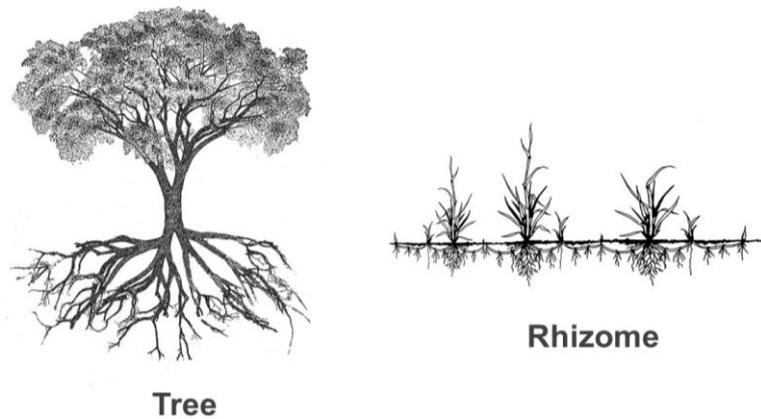
2.2. Rizoma e multiplicidade

Rizoma é um termo da biologia, de origem grega que significa “o que é enraizado, raiz; fundamento”, indica um tipo de formação vegetal onde os caules são subterrâneos e crescem de forma horizontalizada, multiplicando-se rapidamente em vários pontos pelos solos e gerando novas plantas interligadas entre si. O Rizoma, por ter uma formação vegetal horizontalizada, opõe-se à formação hierarquizada das raízes da árvore.

Em virtude da formação natural rizomática, formada sem inícios nem términos, mas que se estabelece no “entre”, em meio de processos contínuos, Deleuze e Guattari (1995) tomam o termo por empréstimo para pensar uma filosofia da diferença. Para os autores, o rizoma é “conjunção”, “combinação”, enquanto a árvore é “rigidez”, é “descendência”.

A árvore é estática e impõe formas de existência, entretanto, “o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...””(DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 37), o que o torna aberto a novas possibilidades de existência. Esta nova filosofia procura construir o conhecimento baseado na inter-multi-transdisciplinaridade de sistemas abertos que possibilitem exponencialmente conexões e a multiplicidade de relações.

Figura 1: A Árvore e o Rizoma: forma vs agenciamento⁶



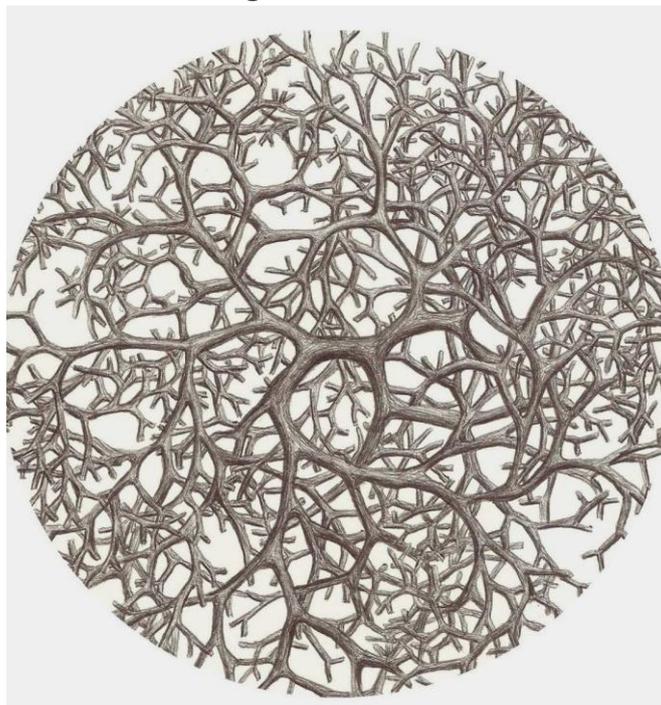
Fonte: Kevin Murray (2013).

Diante disso, o rizoma se dá nas multiplicidades, em sua extensão territorial horizontal e ênfase em enlaces, propicia o estabelecimento de novas articulações em novos territórios, até então, não integrados. Quanto mais se estende, mais o rizoma pode ampliar-se, avançando sem caminhos demarcados ou pré-estabelecidos. O rizoma constrói suas rotas de reterritorialização durante seus próprios movimentos de deslocamento.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), a realidade é composta pelas multipheidades, que em si não condizem a unidade alguma, nem se enrijecem numa totalidade, muitos menos constituem um indivíduo. As multipheidades em sua natureza, tem como princípios essenciais: seus elementos, em formas singulares; suas relações que se dão em seus processos de mudança e construção contínua; seus acontecimentos não são personificados em sujeitos, mas sim coletivamente; seus espaços e tempos são independentes; sua concretização é o rizoma; sua constituição cria platôs como zonas intensas de interações; os momentos de territorialização dão lugar à novos territórios (reterritorialização) e os antigos vão perdendo os graus de territorialização (desterritorialização).

⁶ Disponível em: <https://www.daniels.utoronto.ca/news/2013/06/14/daniels-faculty-current-and-former-students-featured-upcoming-urban-ecologies-2013> . Acesso em 24 out. 2020.

Figura 2: Rizoma⁷



Fonte: Proyecto IDIS (2017)

Com isso, podemos denotar o papel da multiplicidade como uma filosofia do conhecimento contemporâneo, a partir da qual é possível traçar linhas até então não formuladas para o desenvolvimento de novos saberes. Pensar uma teoria complexa baseada na multiplicidade, é empreender pela diversidade e por ambientes nos quais as interações sociais possibilitam cada vez mais a ampliação da heterogeneidade da participação social. Por conseguinte, Deleuze e Guattari nos trazem elementos significativos para repensarmos as relações sociais na atualidade.

Deleuze e Guattari (1995) formulam seis princípios para uma melhor compreensão do rizoma. O primeiro é o da conexão, no qual um ponto, independente de qual seja, pode conectar-se com qualquer outro ponto. Esse princípio, impõe clara oposição ao modelo arbóreo e hierarquizado. A conexão no rizoma possibilita a criação de múltiplos relacionamentos entre as linhas constituintes da rede.

O segundo princípio proposto é o da heterogeneidade, uma vez que, no rizoma não são seguidos padrões linguísticos ou regimes de codificação, nele diferentes

⁷ Disponível em: <https://proyectoidis.org/rizoma/rizoma/> . Acesso em 24 out. 2020.

categorias poderão ser conectadas. Como nos trouxeram os autores, "uma realidade essencialmente heterogênea" (1995, p. 15).

num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 15)

A multiplicidade é o terceiro princípio apresentado por Deleuze e Guattari (1995), nesse princípio, a multiplicidade deve ser vista como um substantivo, no qual não devem existir unidades na forma de objeto ou de sujeito. "Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)". (1995, p. 15). No rizoma, sempre faltará a dimensão da totalidade (n-1).

Todas as multiplicidades são planas, uma vez que elas preenchem, ocupam todas as suas dimensões: falar-se-á então de um plano de consistência das multiplicidades, se bem que este "plano" seja de dimensões crescentes segundo o número de conexões que se estabelecem nele. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 16)

O quarto princípio é o da ruptura assignificante, da quebra paradigmática da lógica, por meio do qual, o rizoma pode romper-se e vincular-se a diferentes naturezas. Corta-se uma linha do rizoma, estendem-se novas linhas em múltiplas direções pelo território. O rizoma comunica-se de modo transversal pelas linhas, o que permite que nele haja a contínua reformulação das formas.

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 18)

O quinto princípio é o da cartografia, um método para a criação de métodos. Para os autores, na cartografia rizomática, diferente da cartografia geográfica, o cartógrafo deve construí-la durante o próprio processo de mapeamento. A cartografia, nesse sentido, é um mapa aberto e surge como um elemento constituinte da teia rizomática, a partir da qual se desenvolve em suas interações e conexões com a rede em si.

O sexto e último princípio do rizoma é o da decalcomania, segundo Deleuze e Guattari (1995), o rizoma é a diferença, dilatação no território, conexão. Contraditoriamente, o decalque é fragmentação, é recorte, é a fotografia. A formação rizomática “se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 32). Cartografar é permitir que o campo de pesquisa se mapeie e formule as conexões que foram trabalhadas.

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 16-17)

As multiplicidades se definem pelas conexões que seus limites e suas linhas podem lhes propiciar em território. As linhas são processos, práticas, incógnitas infinitas vagando pelos platôs. Nesse sentido, os pontos (sujeitos e objetos) são criados no encontro de “n” linhas, sua formação põe o ponto como um local de chegada. O rizoma compõe-se através de três tipos de linhas. A primeira é a linha de segmentaridade (linha molar ou dura ou sedentária), por meio dela o rizoma sofre a estratificação, organização, territorialização. Esta linha se configura pelas dualidades (projeto-curso, início-término, sujeito-coletivo, homem-mulher, velho-novo) (DELEUZE e PARNET, 1980).

O segundo tipo é a linha molecular (flexível ou migrante), é por ela que o rizoma se reterritorializa estendendo-se pelos platôs, “[...] elas atravessam tanto as sociedades, os grupos quanto os indivíduos. Elas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis” (DELEUZE e PARNET, 1980, p. 101).

O terceiro tipo é a linha de voo⁸ (linha de desterritorialização ou nômade), de pela qual o rizoma deixa seus antigos territórios. Essa linha atravessa os limites, cria novas fronteiras, se movimenta em direções desconhecidas e resulta no plano de

⁸ Algumas traduções trazem o termo “linha de fuga”, no entanto, por uma melhor compreensão do conceito, utilizaremos o termo “linhas de voo” esperando que seja entendida como uma “linha de liberdade” que avança infinitamente pelos territórios e não como uma linha de fuga ou abandono.

consistência ou de imanência que toma partes componentes de outros corpos num contínuo devir. (DELEUZE e PARNET, 1980).

2.3. A construção epistemológica de uma Rede baseada no Rizoma

Ao buscar formas de fortalecimento comunitário haja vista a emancipação comunitária através da *práxis* da extensão cidadã na Paraíba, se chegou ao conceito de uma rede de extensão como prática educativa e transformadora. Essa rede foi ancorada entre a concepção da teoria do Rizoma (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1995) unida à Pedagogia da Autonomia (Paulo Freire, 1997), o que resultou na Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). A Rede Rizoma foi articulada inicialmente por Vânia Medeiros⁹ e Dimas Brasileiro¹⁰.

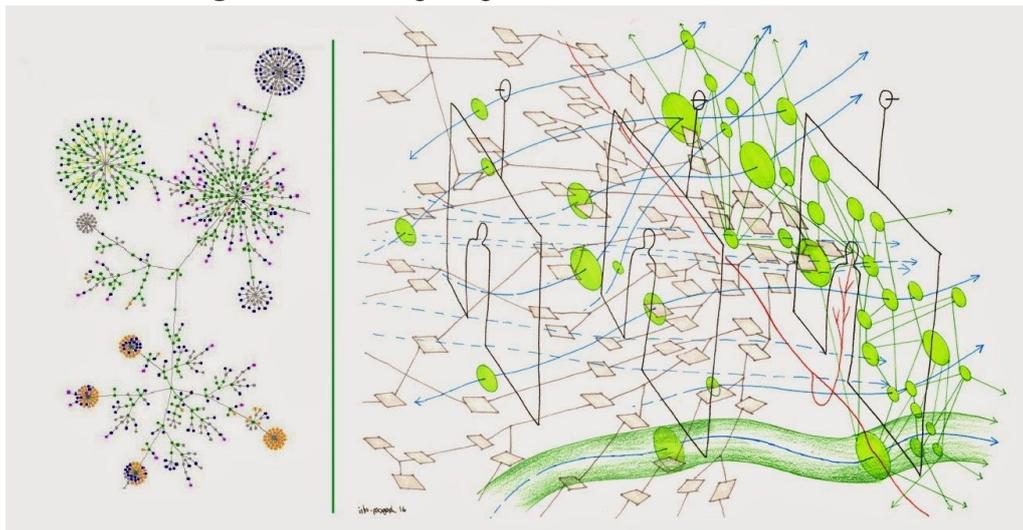
A Rede Rizoma resulta num plano institucional de política de extensão cidadã em rede que se figura na construção de relações - tendo na palavra diálogo o seu sentido - com posturas dialógicas e de compartilhamento de tomadas de decisões na construção de ações de extensão e impacto social entre “extensionista (escola) e “beneficiário” (comunidade), na área da educação popular e onde o “beneficiário” vem a ser parceiro construtor da ação.

A experiência da Rede Rizoma nos ensina uma forma de cartografia do real, que ao mapear as ações extensão visualizando-as como “nós” e células de nucleação de relações humanas dialógicas, possibilita compreender as interrelações sociais e a diversidade da rede de extensão além de analisar suas mais variadas facetas conectoras de instituições e pessoas (SOUSA; MEDEIROS, 2016).

⁹ Graduada em Química Industrial (UFPB), mestra em Química Inorgânica (UFPB) e doutora em Química Analítica pela (UFPB).

¹⁰ Graduado em Licenciatura em História (UFPE), mestre em História (UFPE) e doutor em História pela (UFPE).

Figura 3: Abordagem gráfica da teoria do rizoma¹¹



Fonte: Proyecto IDIS (2017).

Dessa forma, com efeito de criar uma rede autossustentável e também propiciar a formação de multiplicadores, é que surge a Rede Rizoma. Essa irrompe visando não uma obrigatoriedade de vinculação infinda entre indivíduos componentes, mas a livre conexão, já que é baseada também na mudança constante das linhas na rede. Desse modo, os grupos de trabalho autogestionados encontram várias soluções e caminhos para desenvolverem-se e concretizar seus objetivos a partir das constantes mudanças e conexões.

Neste sentido, pensar a construção de redes e políticas de extensão pautadas no estabelecimento de parcerias horizontalizadas, que viabilizem a composição de ações conjuntas entre beneficiários e extensionistas, é abrir pontes com vistas ao desenvolvimento local nos mais diversos platôs do território paraibano. Igualmente, essas ações estabelecem o diálogo multissetorial com parceiros sociais na sociedade, possibilitando a formação de ações com planos de trabalho estruturados para viabilizar a formulação de políticas públicas pontuais e mais efetivas em comunidades.

Em virtude de dirimir conflitos conceituais, a concepção de microterritórios por este trabalho é a de espaço de convergência social onde os indivíduos dividem pública e coletivamente a territorialização deste espaço coletivo a partir das mais

¹¹ Disponível em: <https://proyectoidis.org/rizoma/aproximacion-grafica-a-la-teoria-del-rizoma/> . Acesso em 24 out. 2020.

variadas formas de representações sociais, relações e códigos de comunicação possíveis (MONTROYA-GALLEGO, 2018). Esses espaços podem ser tanto ambientes públicos, como escolas, hospitais e praças, ou ambientes privados, mas de interesse coletivos, como assentamentos, associações, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público, organizações não-governamentais, etc.

O meio urbano atual se caracteriza por uma multiplicidade de pequenos ou microterritórios nos quais relações coletivas humanas acontecem numa dinâmica incrivelmente rápida no sentido da construção e desconstrução de espaços de convivência e a da transitoriedade dos indivíduos que participam de tais agregações. Podemos observar duas coisas a respeito disso: em primeiro lugar, é fundamento de tais microterritórios de convivência a relação dialética entre instrumentalidade e efetividade das relações, influências de ideologias metafísicas de regramentos e incitações de revoltas moleculares de desregramentos. (COSTA, 2007, p. 101)

Essa multiplicidade de microterritórios é o que pode fazer crescer o rizoma, que com suas inúmeras linhas atravessa esses platôs e avança por entre as mais diversas culturas, conectando indivíduos de diferentes grupos e os articulando para o desenvolvimento de ações efetivas. Nesses constantes processos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização, a rede rizomática cria ecossistemas comunicativos em espaços de convivência que expressam a interdialogicidade em seu grau de mais alto nível.

A teoria do rizoma aplicada à extensão universitária nos permite refletir uma política institucional de interação universidade-sociedade que se baseia nas necessidades específicas dos grupos locais espalhados pelos municípios e comunidades no território paraibano (SOUSA; MEDEIROS, 2016). A análise dessa aplicação nos faz compreender que devemos tomar como entendimento, que não deve ser a universidade enquanto invasora cultural que tem de propor uma ação pontual *in loco*.

Por meio do diálogo é que as comunidades devem expressar o que necessitam e juntamente de outros setores da sociedade construir as propostas de ações, compartilhando mutuamente a responsabilidade pelas ações entre universidade-comunidade, conseqüentemente afastando a visão da universidade enquanto “salvadora”. De certo, esta concepção de rede potencializa tanto a abertura para diversos tipos de conexões entre setores diferentes até então não imaginadas, quanto a multiplicação de ações e conseqüentemente proliferação destas no território e nos microterritórios paraibanos.

Neste sentido, esta perspectiva rizomática da extensão nos possibilita o entendimento da relevância da não centralização das decisões apenas na universidade, mas sim o compartilhamento do processo de criação das ações junto a comunidade a partir do entendimento mútuo, tendo as relações como os platôs democráticos, os pontos conectivos da rede de extensão entre as diversas camadas da sociedade.

Principalmente, a construção nesses platôs democráticos das ações de extensão enquanto articuladora de política de desenvolvimento local, deve ter por base a compreensão da reciprocidade na obrigação da tripla responsabilidade do “dar, receber e retribuir”, por meio do qual deve ser priorizado o valor das relações e conseqüentemente o respeito a vida social com todas as suas multiplicidades de possibilidades em vez da valorização apenas dos bens materiais e das relações de natureza hierárquica e estruturas sociais rígidas. (MARTINS, 2005).

2.4. Educomunicação

A comunicação e a educação há muito têm sido estudadas enquanto áreas de conhecimento articuladas fazendo-se relevantes desde o princípio da estruturação do pensamento humano para a consolidação do fazer científico, tendo as duas se tornado, junto a outros ramos do pensamento filosófico, bases para a sobrevivência, o desenvolvimento e o avanço das sociedades modernas.

Com a evolução desses estudos fez-se possível a inter-relação entre comunicação-educação, a partir disso surgiu um novo ramo paradigmático do conhecimento baseado na interação dialógica horizontalizada entre indivíduos: a educomunicação. Esse ramo propõe o fomento à gestão democrática e participativa de meios de comunicação em ambientes educacionais e a construção de ecossistemas comunicacionais mediados pela ênfase na práxis do fazer e sentir humano (SOARES, 2011, p. 36).

Esses ecossistemas possibilitam o surgimento de grupos autogestionados¹² com capacidade de articulação de relações em territórios, objetivando a criação colaborativa de políticas públicas e o amadurecimento da liberdade de expressão. Sobre o assunto:

A ideia de liberdade de expressão é um conceito encontrado na experiência democrática da Grécia de seis séculos antes de Cristo. Ela se realiza na medida em que há a participação do homem livre na elaboração das regras às quais ele deve se submeter. Ele é livre por participar da elaboração das regras que confirmam a sua liberdade. Não tem nada a ver com a ideia de ausência de interferência do Estado. (VALENTE, 2012, p. 2)

A compreensão da liberdade de expressão é essencial para o exercício efetivo da democracia na sociedade, sem ela acabamos tendendo a monopolização e a regulação exacerbada do discurso nas esferas-públicas. Para evitar esses acontecimentos, faz-se importante que haja não só a liberdade de expressão nas cartas constitucionais, mas também as condições materiais e o letramento digital. Para Xavier (2011), o letramento digital não é apenas o domínio da utilização de tecnologias e ferramentas digitais, mas também formas de codificação e decodificação de dados e informações de modo crítico e responsável em ambientes digitais estando consciente da realidade de suas ações no mundo. Nesse sentido, só é possível construir os ecossistemas comunicativos a partir de uma educação de qualidade que seja transformadora, na qual os estudantes venham a ser cidadãos que possam efetuar sua participação social consciente através dos meios de comunicação.

Em sua essência, a educomunicação, enquanto processo crítico de utilização da comunicação nas suas mais variadas formas, meios e suportes tecnológicos, busca não apenas a criação de espaços informacionais mediatizados, mas o entendimento de que somente a partir da reflexão crítica e da efetivação do direito à comunicação e à liberdade de expressão, é que se podem fomentar ações de mudanças sociais com base no contexto local e no fortalecimento e desenvolvimento regional. (MEDEIROS; BARBOSA; AMARAL; 2017)

Como se ha visto, tiene que ser así, participativo, no sólo por una razón de coherencia con la nueva sociedad democrática que busca construir, sino también por una razón de eficacia: porque sólo participando, involucrándose,

¹² Por grupos autogestionados entenda-se: grupos onde a tomada de decisão dá-se de forma horizontalizada por entre seus membros caracterizando a democracia direta e participativa.

investigando, haciéndose preguntas y buscando respuestas, problematizando y problematizándose, se llega realmente al conocimiento. (KAPLÚN, 1998:51)

As relações humanas com seus pares modificam a estrutura social, seja em contexto local ou regional, em micro ou macro escala, no médio ou longo prazo. De fato, reformulam as bases que compõem determinada comunidade e, conseqüentemente, servem como parâmetros para o desenvolvimento, tanto de novos indivíduos, quanto da forma e da pauta de suas relações entre si.

Paralelamente, para que seja possível a eclosão de espaços de decisões que contemplem mais a coletividade é necessário ter como objetivos o empoderamento da cidadania dos indivíduos, o que em Freire (1987) é tido de processo emancipatório. Esse processo para ele se dá através da problematização que visa uma educação libertadora que fomente reflexões críticas visando o rompimento das relações opressor-oprimido e à criação de relações mais humanas e horizontalizadas nestas comunidades. Para isso, são fundamentais o diálogo e a reciprocidade como nos afirma Martín-Barbero (2014):

Se o característico da cidadania é estar associada ao “reconhecimento recíproco”, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar nas decisões que dizem respeito à coletividade. (2014, p. 107)

Analogamente, as universidades, no contexto das sociedades, têm o papel de proponentes e propulsoras de desenvolvimento e inovação, muitas vezes até precursoras das leituras e das análises sobre as estruturas sociais destas mesmas sociedades. Esse fato possibilita aos indivíduos serem atores das transformações democráticas desde a ponta até as bases que estruturam sua formação social.

O nível de aprimoramento de uma democracia é dado pela pluralidade de visões de mundo circulando em suas diferentes arenas políticas. De acordo com tal postulado, a democracia - ao contrário do que defende a teoria política democrática dominante - é definida não por ser o cume de uma escalada linear até o alcance da harmonia perfeita entre grupos de interesses antagônicos. Seu nível de plenitude dependerá, ao invés disso, da existência de condições de possibilidade para que se travem disputas justas entre representações e visões de mundo conflitantes. (Mídia e Favela, 2012, p. 06).

2.6. Diálogos

2.6.1. Ação dialógica rizomática

Nas sociedades contemporâneas, as construções de bases civilizatórias apoiam-se sistematicamente pelo nível de aperfeiçoamento das interações entre os indivíduos das mesmas sociedades (HABERMAS, 2012). Para o desenvolvimento de uma democracia concreta, primordialmente, faz-se importante a interação social por meio do diálogo entre as mais diversas forças constitutivas deste povo. Em suma, o estabelecimento de relações democráticas e dialógicas em todas as esferas do fazer social é que possibilitam o aprimoramento dos dispositivos democráticos e da própria sociedade em si.

De acordo com Habermas (2012), o agir comunicativo é caracterizado por ser uma ação na qual os participantes estão orientados com vistas ao entendimento mútuo e recíproco nos atos de fala. Para o referido autor, na construção do entendimento é necessário que não haja intenções manipulatórias em qualquer um dos participantes do diálogo, do contrário todo o processo de construção democrática de um entendimento está invalidado. Desse modo, Habermas formula uma teoria social baseada no entendimento intersubjetivo.

É interessante analisar a teoria da ação comunicativa habermasiana enquanto proposta de racionalidade crítica voltada ao desenvolvimento mútuo dos indivíduos participantes. A teoria proposta por ele, a qual ocorre durante os processos argumentativos das interações sociais, é um instrumento potencializador da democracia. Dessa forma, objetivando o entendimento mútuo, elaborado a partir do melhor argumento e convencimento do outro, teríamos ecossistemas comunicativos plurais.

Quadro 1: Tipos de ação.

SITUAÇÃO DA AÇÃO	ORIENTAÇÃO DA AÇÃO	
	ORIENTAÇÃO PELO ÊXITO	ORIENTAÇÃO PELO ENTENDIMENTO
NÃO SOCIAL	Agir instrumental	
SOCIAL	Agir estratégico	Agir comunicativo

Fonte: Adaptado de Habermas (2012, p. 495).

Para Habermas, há ainda dois outros tipos de agir, o agir instrumental de viés técnico que busca a máxima eficácia e possui o foco apenas nos resultados. Esses resultados podem ser vistos como os esperados pelos professores sobre suas relações com as comunidades. Segundo Freire (1983), essas interações sociais com as comunidades tendo em vista a instrumentalização e resultados, sem o estabelecimento da dialogicidade e respeito aos indivíduos, enquanto sujeitos cognoscentes, é extensão e não comunicação. O autor entende o termo extensão como ação de estender algo à alguém, como um pesquisador que vai a comunidade levar um conhecimento específico. Por outro lado, a comunicação em seu ponto de vista seria o diálogo.

Habermas, baseado nos tipos de ação da teoria da ação formulada por Max Weber em sua obra *Economia e Sociedade* (1964)¹³, indica a necessidade de se pensar a racionalidade em outra perspectiva que visa superar deficiências geradas na teoria weberiana, o que veio resultar a racionalidade da ação habermasiana (2012). O primeiro aspecto é o da *Ação teleológica*, esta ação é considerada do ponto de vista da eficácia, sendo uma ação baseada no objetivo, na finalidade.

O segundo aspecto é o das *Ações de fala constatativas* que são as ações que personificam os saberes e o manifestam de forma objetiva, como por exemplo as teorias, o que pode viabilizar conversações. O terceiro aspecto é o da *Ação regulada por normas (ou normativa)*, formuladas a partir de valores comuns aos indivíduos, seu saber traduz-se na forma de noções jurídicas e morais. O último aspecto é a *Ação dramatúrgica* que simboliza a auto-representação na forma de um saber resultante da subjetividade do indivíduo.

Quadro 2: Aspectos da racionalidade da ação.

Tipos de ação	Tipo de saber corporificado	Forma de argumentação	Modelo de saber legado pela tradição
Ação teleológica: estratégica por via instrumental	Saber utilizável via técnica e estratégia	Discurso teórico	Tecnologias/Estratégias
Ações de fala constatativas (Conversação)	Saber empírico-teórico	Discurso teórico	Teorias
Ação regulada por normas (normativa)	Saber prático-moral	Discurso prático	Noções jurídicas e morais
Ação dramatúrgica	Saber estético-prático	Crítica estética e	Obras de arte

¹³ WEBER, Max Weber. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Fondo de Cultura Económica, 1964.

		terapêutica	
--	--	-------------	--

Fonte: Adaptado de Habermas (2012, p. 576).

No desenvolvimento de sua teoria, Habermas pensou a enquanto um modelo de comunicação calcado na argumentação, o que resultou numa caracterização não de diálogo recíproco, mas de concordância com mensagens emitidas por um sujeito falante, onde ganha quem tiver o melhor argumento. No entanto, para Freire (1983), durante o ato comunicativo é essencial a concordância entre os participantes, de maneira que esses sejam vistos enquanto sujeitos dessa ação comunicativa e sejam reciprocamente comunicantes. Com isso, podemos compreender a diferença entre a ação comunicativa e o diálogo voltado à emancipação dos sujeitos.

Portanto, não basta apenas participar enquanto ouvinte de um determinado ato comunicativo, como diz Habermas (PORTER e PORTER, 2003), mas sim, tendo leitura crítica sobre o ato de fala exposto e da realidade regional, é que o participante pode, como sujeito da comunicação, formular uma enunciação crítica. Assim, ao sair da dicotomia emissor/receptor, sujeito/objeto, para adentrar processos de subjetividade onde os participantes desempenham não apenas um papel de emissor ou receptor, mas sim o dever emissor-receptor. O que resulta numa transformação emancipadora do sujeito ouvinte ao sujeito falante.

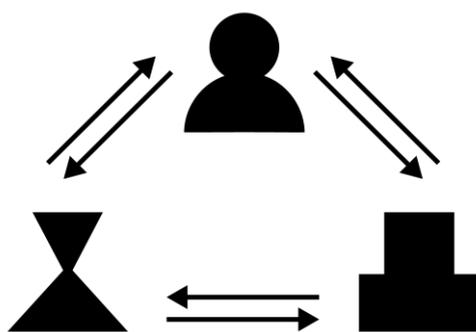
Contraditoriamente à reciprocidade e igualdade defendidas por Habermas em sua teoria da ação comunicativa, o autor formula que haveria processos de evolução da sociedade, que resultam em mudanças estruturais. Para Habermas, essa evolução advém dos processos de diferenciação dos sistemas sociais, pelo qual o mundo da vida se transforma (GONÇALVES, 2005). No entanto, ao propor que os sujeitos deveriam estar no mesmo nível para poderem estabelecer a ação comunicativa efetiva, Habermas recai sobre uma visão limitada e limitante das possibilidades comunicativas dialógicas entre os sujeitos da ação.

Para Deleuze e Guattari (1995), o ato da enunciação é um ato coletivo, um ato de multiplicidades onde a língua se torna um espaço de produção, um agenciamento coletivo. Por assim dizer, o diálogo enquanto espaço de produção rizomática, deveria ter como foco não um objetivo, uma finalidade, uma subjetividade ou uma universalidade, mas o processo de relacionamento dialógico, a própria ação comunicativa em si, o interior da relação e ao mesmo tempo o exterior a ela. Nesse

sentido, uma ação dialógica rizomática partiria da conexão social do diálogo compreendendo criticamente essa relação e lendo a realidade exterior que afeta seu desenvolvimento.

Nesse espaço, como podemos ver na Figura 4, os sujeitos enunciam atos de fala e são igualmente ouvidos e ouvintes para os outros sujeitos com quem estão estabelecendo a relação. Desse modo, é a relação intersubjetiva que possibilita espaços de ação dialógicos para a geração de vínculos entre os participantes e a criação de espaços de criação de alternativas futuras de ações coletivas.

Figura 4: *Relação intersubjetiva de diálogo*



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Logo, o diálogo entre Habermas (1987), Freire (1983), Deleuze e Guattari (1995), podem elevar a ação comunicativa à multiplicidade de interações baseadas no diálogo, na reciprocidade e na alteridade. Esse agir dialógico rizomático pretende basear subsídios para a formulação de uma interlocução universidade-sociedade na qual seja possível construir relações sociais democráticas, não-hierarquizadas como a democracia representativa, mas de forma horizontalizada democraticamente participativa. Para isso, os interlocutores devem ter compromisso com a interação visando respeitar as visões de mundo e necessidades das comunidades, evitando falácias mal-intencionadas e manipulatórias.

Igualmente, é preciso ter criticidade e sensibilidade para compreender a realidade local e identificar sinais de conexões ou atritos entre os indivíduos, mediando o diálogo com vistas a dirimir prováveis conflitos. Com isso, é possível o desenvolvimento das subjetividades locais, e através dos enlaces intersetoriais criar o um espaço estratégico interacional de conexões entre saberes, culturas, povos, mundo do trabalho e políticas (MARTÍN-BARBERO, 2014). Esse design de relações interconectadas enquanto ato dialógico constituinte de interações sociais pode vir a ser um gerador um plano de ações/platô de ações nos territórios. Visto que a ação dialógica rizomática precisa de uma sistematização aberta para se fazer compreensível, é imanente que nós esboçemos seus quatro aspectos principais.

O primeiro aspecto é o do Agir processual, caracterizado pelo saber racional e pela criticidade. O agir na processualidade é o fazer-caminhar, nele os sujeitos atuam em cada microterritório por vez, onde vão se estendendo e se desterritorializando, resultando num território de multiplicidades de ações. Nessa ação, os argumentos do diálogo devem se dar na forma do discurso crítico e problematizador, no qual os sujeitos realizam a leitura crítica de sua realidade regional enquanto protagonistas da própria transformação social, como nos aponta Freire (1983).

O segundo aspecto é o Agir multiplicador, corporificado pela multiplicidade, pelas conexões e pela heterogeneidade. Nessa ação, o sujeito possibilita a múltipla formação seja de outros sujeitos, seja de organizações. Como uma multiplicação de células num corpo sem órgãos, um corpo sem organização estrutural limitante, e que tem na potência de multiplicação de ações sua forma expressiva. Dentro desse território, o agir multiplicador tem como objetivo fomentar o empoderamento dos sujeitos e os tornar linhas de multiplicações das conexões relacionais intersubjetivas através do saber didático-dialógico.

O Agir político é a terceira expressão da Ação dialógica rizomática. Esse agir é pautado pela interlocução política que visa o desenvolvimento autônomo dos sujeitos e das organizações. A forma de argumentação se dá no discurso articulador e no estabelecimento de conexões no território. A Ação política propicia a articulação entre diversos setores heterogêneos da sociedade na intenção de gerar ações de impacto na sociedade.

O quarto aspecto é o do Agir cartográfico, o agir do campo da produção, seu saber se dá na mediação dialógica, o que por sua vez pode servir de provocação de outros agires. A ação cartográfica é o espaço da potencialização das produções de mediações entre sujeitos, organizações, setores e territórios. O discurso mediador lhe é característico, pois deve ser da mediação dialógica que resultem os enlaces e o mapeamento das ações nos platôs.

Quadro 3: Aspectos da Ação dialógica rizomática.

Tipos de ação	Tipo de saber corporificado	Forma de argumentação	Modelo de saber
Agir processual	Saber utilizável por via racional	Discurso crítico	Criticidade
Agir múltiplacador	Saber formador	Discurso empoderador	Didático-dialógico
Agir político	Saber interlocutor	Discurso articulador	Interlocução/ Autonomia
Agir cartográfico	Saber provocador	Discurso mediador	Mediação dialógica

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Habermas (1987), Freire (1983) e em Deleuze & Guattari (1995).

Portanto, a ação dialógica rizomática é o processo de desenvolvimento de relações intersubjetivas que visa através da interlocução dialógica, a construção de políticas de desenvolvimento de ações em microterritórios. Como pudemos refletir até o exato momento, as contribuições da racionalidade da ação dialógica rizomática são essenciais para o fortalecimento dos territórios onde ela será produzida. Sua importância se dá na capacidade de criar novas formas de se relacionar entre múltiplas áreas da sociedade, que visem a emancipação dos cidadãos, seu empoderamento, a autonomia na tomada de decisões coletivas e a alteridade no tratamento com seus pares.

2.6.2. Dialogando com os Municípios e as políticas públicas

O Estado da Paraíba, possui uma extensão territorial de 56.469,778 km² e uma estimativa populacional de aproximadamente 4.039.277 de habitantes para o ano de 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Paraíba é composta por 223 municípios que se dividem entre quatro mesorregiões, 23 microrregiões, quatro Regiões geográficas intermediárias e 15 Regiões geográficas imediatas.

Um município é uma extensão territorial administrativa autônoma dentro da República Federativa do Brasil e em uma das suas 26 unidades federativas, (HOUAISS, 2001). O município é gerido por um(a) Prefeito(a) e pela Câmara de Vereadores. Dentro do município estão a Cidade, território que se limita à zona urbana e os Distritos e Vilas.

O município enquanto unidade administrativa autônoma, possui autoridade para legislar sobre assuntos estão sob sua autoridade segundo o art. 18 da Constituição Federal (1988), “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Portanto, o município tem liberdade para o desenvolvimento de políticas públicas.

As políticas públicas, de acordo com Amaral (2008), são projetos, planos e ações que as três esferas de governos desenvolvem com o objetivo de promover o desenvolvimento nas mais diversas áreas como educação, transporte, saúde, etc., para garantir os direitos trazidos pelos dispositivos legais brasileiros, resultando no aumento do sentimento de bem-estar das populações. Há muitas áreas de políticas públicas, mas ações geralmente se concentram em políticas de Educação, de Saúde, Urbana, de Renda e Emprego, de Saneamento Básico, Ambiental, Agrícola, e de Cultural. Em países subdesenvolvidos e com baixos índices de desenvolvimento humano, as políticas públicas são ações essenciais que visam a diminuição das desigualdades regionais e a má distribuição de renda causadas pelo capitalismo financeiro.

As políticas públicas são desenvolvidas com os recursos orçamentários dos municípios, esses recursos vêm de taxas, impostos, contribuições e demais fontes de obtenção de recursos. A execução orçamentária nos municípios é regida por quatro leis principais, a saber: a Lei Orçamentária, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para Capella (2018) aponta diversos modos de se gerar as agendas das políticas públicas, mas que há três pilares centrais no processo de formulação, o primeiro é o do contexto, no qual a realidade local, suas especificidades e as demandas da população devem ser analisadas compreendendo assim todos os setores integrantes. O segundo é o da prioridade, entendendo que há problemas que

demandam ações urgentes e outros que podem ser solucionados em prazos maiores, além de analisar o impacto nas comunidades. O terceiro pilar é o da ação, sendo necessário o pensamento de que as políticas públicas não são só uma *checklist* para cartas programas, mas ações de transformação da realidade social que demandam realizações concretas.

Logo, dentro da relação município-universidade, são possíveis diversas ações em conjunto, estabelecendo convênios, contratos e acordos firmados, com isso é possível a articulação dos interesses do município com os da universidade. O Edital “UFPB no seu município” tem essas articulações com municípios como um de seus objetivos principais e é a partir delas que procura-se neste trabalho identificar se as ações de extensão podem ser vinculadas às políticas públicas municipais. As ações de extensão desse modo, serviriam como processos de aprofundamento das realidades locais, objetivando através de observações participantes análises mais fidedignas dos contextos sociais, o que resultaria por sua vez no desenvolvimento de Políticas públicas mais efetivas. No entanto, para que essas ações obtenham êxito em suas realizações é necessário que seja criada uma política de contrapartida financeira dos próprios municípios. Isto poderia se dar na forma da reserva de recursos orçamentários municipais para as ações de extensão, algo inexistente atualmente, mas que poderia fortalecer a criação de soluções dos problemas municipais na forma das políticas públicas.

2.6.3. Dialogando com o Segundo setor

A sociedade é composta por três setores: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. O desenvolvimento de ações intersetoriais tem se tornado cada vez mais uma realidade no mundo, no Brasil não poderia ser diferente. Essas ações organizadas possibilitam uma melhor estruturação de políticas de desenvolvimento territorial onde são aplicadas, resultando em diversos benefícios para os três setores da sociedade e para a população como um todo.

A Relação universidade-empresa, para Dos Santos *et al.* (2019), possibilita o desenvolvimento de novas ações e criação de novas metodologias, o que pode gerar diversas soluções para problemas reais da sociedade, além de valorizar os currículos

das universidades e o aprendizado dos estudantes. Parcerias entre as IES e as empresas podem também gerar fundos financeiros de desenvolvimento de ações multilaterais, recursos para as ações e aprimorar os processos de trabalho em pequenas, médias e grandes empresas. Vale salientar que as universidades são autônomas e não dependem financeiramente de recursos de instituições privadas para o desenvolvimento de suas ações.

Dentre as políticas de parcerias universidade-empresa no Brasil muitas são exitosas, uma delas é o Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE)¹⁴ da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O PIPE foi originado em 1997 e tem como objetivo fomentar pesquisas científicas e tecnológicas em micro-empresas no Estado de São Paulo. O programa se divide em três fases, como períodos de execução e recursos diferentes.

De acordo com Índice Fiec de Inovação dos Estados (FIEC, 2018) produzido pelo Observatório das Indústrias, a Paraíba estava na oitava posição no ano de 2018 entre os Estados brasileiros. Recentemente, a Paraíba atingiu a sétima posição de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados (2020). Números assim demonstram, além do elevado nível das pesquisas na região nordeste do Brasil, o alto impacto das parcerias entre as universidades e as empresas.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançou na última Chamada CNPq Nº 12/2020, o Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação MAI/DAI, uma nova versão do Programa DAI lançado em 2018. Com isso passou a contemplar também as pesquisas em nível de mestrado. O objetivo do Programa MAI/DAI é fomentar o desenvolvimento de pesquisas, o empreendedorismo e a inovação no âmbito das universidades e instituições de pesquisa através de projetos de pesquisa ou extensão desenvolvidos por discentes de graduação e da pós-graduação em Empresas Parceiras.

A Universidade de São Paulo (USP), possui o Programa Conexão USP¹⁵, gerenciado pela Agência USP de Inovação (AUSPIN). Esse programa visa realizar a interlocução entre pesquisadores da USP, empresas, governo e entidades sem fins

¹⁴ Para saber mais sobre o PIPE, acesse <<https://fapesp.br/pipe/sobre/>>.

¹⁵ O Programa Conexão USP pode ser encontrado em: <<http://www.inovacao.usp.br/conexaousp/>>.

lucrativos. Os tipos de colaboração são vários, entre eles: projetos de pesquisa, projetos de extensão, eventos, palestras de especialistas, oferecimentos de bolsas, disciplinas, consultorias, etc.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Governo do Estado da Paraíba, por meio do Acordo de Cooperação Técnico-Científico e Orçamentário-Financeiro (Nº 48/2016), criaram o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (Plades), o qual conta com quatro projetos, a saber: o Projeto Paraíba de Oportunidades; o Projeto Ferramentas Estratégicas; o Projeto Política de Desenvolvimento; e, o Projeto Inteligência Territorial. Este plano tem como objetivo, a formulação de uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável do território paraibano que articula IES, Estado, arranjos produtivos, a SUDENE e o Banco do Nordeste.

Mediante as políticas aqui expostas, podemos identificar a importância da relação universidade-empresa para a articulação entre diferentes setores e que por meio dela pode-se gerar políticas públicas de desenvolvimento territorial. Nessa relação está explícito o papel das universidades no tocante à produção de conhecimento e inovação na sociedade. No entanto, é preciso não deixar fugir a vista também o impacto social nas comunidades que possam receber essas ações. É essencial pensar formas de produzir ações intersetoriais que venham a contribuir para a emancipação cidadã dos sujeitos no território.

2.6.4. Dialogando com o Terceiro setor

O Terceiro setor, ou como é comumente chamado, a Sociedade civil, é composta por Associações sem fins lucrativos, ONG's, OSCIP's, Movimento sociais, Cooperativas, entre outros. Este é o setor da sociedade que tem como base a responsabilidade social e a participação social dos cidadãos na construção de suas ações de intervenção para a transformação de suas realidades locais e regionais.

De acordo com Burity (2005), o terceiro setor representa a tomada da consciência política pela sociedade em sua expressão. Nesse sentido, ela deve ser entendida como um movimento politizante da sociedade para o estabelecimento de

relações democráticas e representativas. A centralização do poder numa única esfera impossibilita a formulação de agendas políticas contextualizadas a nível local, como por exemplo nos municípios. Desse modo, a sociedade civil se organiza por conta das falhas do governo central em propor políticas públicas mais contemplativas e individualizadas para cada região.

Apesar de termos diversos avanços como as políticas de desenvolvimento regional, as indicações geográficas, os orçamentos participativos e democráticos, a cultura da participação social ainda é escassa no Brasil. Isto se torna mais gritante quando temos governos centralizadores dos recursos, como é o caso do nosso país. A descentralização dos recursos e do poder podem propiciar processos de tomadas de decisão nos territórios onde essas ações serão realizadas, o que pode reenquadrar a utilização desses recursos públicos para que sejam empregados em problemas reais nos municípios, como indica Dowbor (2017).

Para Revez (2014), conhecer e valorizar as capacidades locais junto de políticas públicas que visam impulsionar empreendimentos coletivos e individuais, além do comércio exterior, a colaboração intersetorial e a participação social, é essencial para o desenvolvimento local. O processo de diálogo intersetorial fomenta práticas de concertação social, nas quais as decisões são tomadas com os atores sociais e representantes da localidade, o que por sua vez dá subsídios para a gestão social dos territórios.

[...] o fato de o cidadão ser também responsável pela co-gestão do Estado tem implicações que ultrapassam a esfera das relações políticas na medida em que fortalecem o tecido de articulações entre os próprios cidadãos e colocam na pauta de discussões questões que, mesmo sendo originárias da esfera privada, interferem no modo de vida da coletividade". (HABERMAS, 1997, p. 30)

A Gestão Social, segundo Benso (2013), surge na necessidade de buscar um modelo de gestão com ênfase no esclarecimento e na emancipação humana para a autonomia dos cidadãos, baseando-se na racionalidade comunicativa pensada por Jürgen Habermas (1989), além de “envolver os atores num processo democrático e transparente que rege as ações trabalhadas dentro dos territórios” (BENSO, idem, p. 67). Esta forma gerencial do território é fundamental para que possamos começar a formular políticas que venham a gerar desenvolvimento territorial horizontal, pelo qual a sociedade possa atingir altos níveis de desenvolvimento humano.

No entanto, Manin (1997) nos traz que a representatividade estabelecida pela democracia representativa com o passar do tempo tem aumentado o distanciamento entre os representantes políticos e os cidadãos. Esse fenômeno traduz-se na formulação de agendas políticas que destoam das reais necessidades da população, criando soluções que muitas vezes estão baseadas mais em interesses dos representantes do que dos representados. Por fim, a democracia representativa tende a continuar centralizando o poder e as tomadas de decisões apenas nas mãos dos governantes, sobrando cada vez menos espaços de decisão coletiva.

Sobre as formas de parcerias, Gonçalves (2012), baseada na literatura, estrutura os conceitos compondo um quadro com o objetivo de diferenciar esses processos de trabalho em grupo que podem ser vistos no Quadro 4.

Quadro 4: Distinção entre cooperação, coordenação e colaboração

	Cooperação	Coordenação	Colaboração
Significado	cooperar=atuar em conjunto	coordenar = organizar em conjunto	colaborar = trabalhar em conjunto
Definição	Ação conjunta para alcance de um benefício	Funcionamento harmonioso das partes para o alcance de um resultado eficiente	Criação conjunta de uma visão partilhada e benéfica para todas as partes envolvidas
Relação	Informal, de curto prazo	Mais formais e prazo maior	Longo prazo
Missão/objetivos	Ausência de missão comum	Compreensão das diferentes missões	Compromisso numa missão comum
Comunicação	Partilha de informação relacionada com o projeto em curso	Canais de comunicação interdependentes	Canais de comunicação bem definidos todos os níveis
Estrutura	Não é necessário definir uma estrutura	Exige a compreensão das funções e das responsabilidades de cada parte	Exige uma mudança de funções, de responsabilidade e de alteração de programas, resultando na formação de uma nova estrutura
Planeamento	Ausência de planeamento conjunto	Exige algum planeamento conjunto	É necessário desenvolver um planeamento abrangente
Autoridade	Permanece em cada organização	Permanece em cada organização, mas existe um coordenador	É a estrutura colaborativa que determina a autoridade
Recursos	Não existe partilha de recursos	Partilha de recursos	Partilha de recursos
Poder	Não existe partilha de poder	Não existe partilha de poder	Partilha de poder
Tempo necessário e risco	(-)		(+)

Fonte: GONÇALVES (2012, p.87)

Em suma, a Ação dialógica rizomática pode ser compreendida como o processo de interlocução interinstitucional e intersetorial entre as mais diversas camadas, os sujeitos, as organizações e as instituições da sociedade. Vale salientar a importância do diálogo multissetorial em parceria com as comunidades. De modo, que preze pelo esclarecimento, que vise a participação social, o empoderamento, a cidadania e o desenvolvimento territorial e humano.

3. TERCEIRO PLATÔ - METODOLOGIA

Com o propósito de investigar as triangulações sociais sob a ótica do diálogo, da educomunicação e da democracia participativa, a partir das ações de extensão como platôs capilarizadores dos “nós” da rede de extensão da Universidade Federal da Paraíba e estes como potencializadores de espaços de decisões coletivas por meio dos acordos de cooperação e parcerias junto à seus parceiros dentro do território paraibano, foi utilizada a pesquisa qualitativa, método que favoreceu uma análise de dados e interpretação mais aprofundada sobre a realidade da rede em questão, assim como a pesquisa bibliográfica que fundamentou a construção de uma reflexão apoiada nos pressupostos científicos.

A decisão de tomar como metodologia a pesquisa qualitativa de análises de conteúdos e análises quantitativas deu-se pela multiplicidade de fontes de informação, tanto primárias, quanto secundárias, sendo que suas organizações davam-se de forma não estruturada e de difícil acesso, pois partes destas ou não foram sistematizadas por meio de relatórios institucionais ou fazem parte de múltiplos bancos de dados desagregados de informação como o SIGAA-Extensão, o Portal da Transparência, o Mapa das OSCs, o IBGE-Cidades O DataSEBRAE, o IPEA, O Portal de ODS, etc.

Como ferramentas de análises de dados foram utilizados os softwares *Atlas.ti*, *IBM SPSS* e o *Gephi*. O *Atlas.ti* possibilitou a codificação de palavras-chaves em famílias de termos, criando assim vinculações pelas áreas que podem ser vistas no Apêndice I para buscar o número de citações dos termos nos documentos. O *IBM SPSS* foi utilizado para a realização dos testes estatísticos descritivos na análise quantitativa e o *Gephi* foi utilizado para a geração de grafos da rede formada pelos locais de realização das ações de extensão.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa possibilitou uma categorização dedutiva e sistematização mais eficiente dos dados, o que por sua vez deu suporte a partir da técnica de amostragem intencional a uma contemplação mais abrangente e condizentes com as múltiplas variáveis as quais os objetos em análise foram expostos.

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 14).

A técnica de amostragem intencional como tipo de amostragem não-probabilística auxiliou na otimização e no refinamento dos resultados, tendo em vista que esta técnica se baseia no prévio conhecimento das ações de extensão e suas execuções pelos participantes da amostra, o que por fim, possibilitou uma melhor identificação de resultados.

No mais, para a realização destes testes estatísticos foram utilizados diversos métodos como: Números de casos, Percentagens, Teste exato de Fisher, Média aritmética, Coeficiente de variação, Desvio-padrão, Prova de McNemar para a significância das mudanças, Prova de aleatoriedade para duas amostras independentes, entre outros, estruturados nos quadros abaixo segundo SIEGEL (2006):

Quadro 5: Escalas, Tipos e Testes Estatísticos.

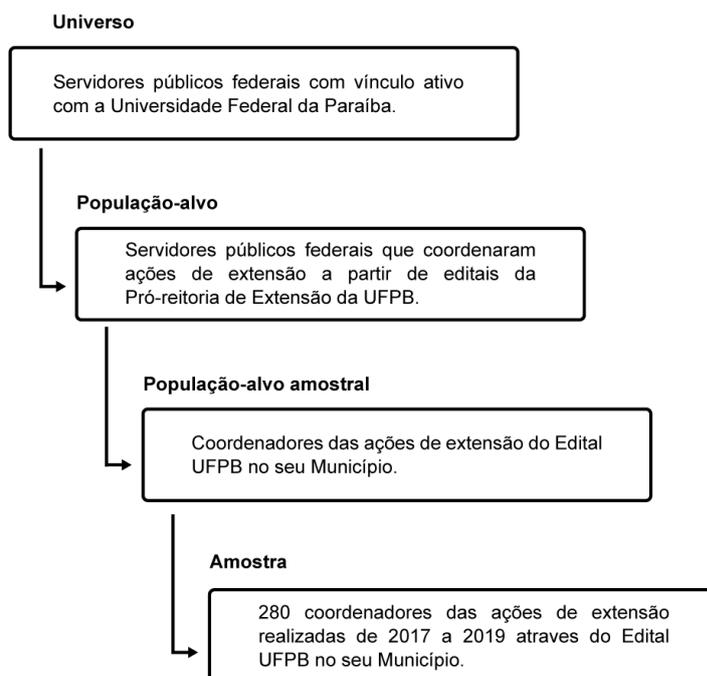
Escala	Relações	Tipos de Provas Estatísticas Adequadas	Testes Estatísticos Adequados
Nominal	Equivalência	Não paramétricas	Número de casos. Percentagens. Moda. Correlações de contingência. Qui-quadrado. Teste exato de Fisher. Frequência. Teste binominal. Mcnemar, Cochran Q. Coeficiente de contingência.

Ordinal	Equivalência; Maior do que;	Não paramétricas	Todos os anteriores e mais: r_s de Spearman. τ de Kendall. W de Kendall. Mediana. Percentis. Decis, quartis. Desvio quártico. Correlação de postos. Teste de sinais. Teste de Kolmogorov-Smirnov. Teste U, Mann-Whitney. Teste de Kruskal Wallis.
Intervalar	Equivalência; Maior do que; Razão conhecida de dois intervalos quaisquer.	Paramétricas e Não paramétricas	Todos os anteriores e mais: Média. Desvio-padrão. Média aritmética. Desvio padrão, variância. Desvio médio. Intervalo, Amplitude total, amplitude média. Correlação de produto-momento (product-moment correlation) teste-t; teste-F; teste-Z, ANOVA.
Razão	Equivalência; Maior do que; Razão conhecida de dois intervalos quaisquer; Razão conhecida de dois valores quaisquer de escala.	Paramétricas e Não paramétricas	Todos os anteriores e mais: Coeficiente de variação, Média geométrica, Média harmônica,

Fonte: Adaptado de SIEGEL, S. & CASTELLAN,Jr, N.J.

A seleção da amostra de dados qualitativos se deu através do levantamento e da catalogação de todas as ações de extensão desenvolvidas pelo Programa UFPB no seu Município durante os anos de 2017 e 2019, enquanto que na Figura 5 esquematiza-se o processo de escolha do Universo, da população alvo e da amostra:

Figura 5 – Processo de escolha do Universo, da população alvo e da amostra.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Assim, foram analisados por meio de pesquisa documental os elementos estruturais das propostas de ações de extensão aprovadas dentro das oito áreas temáticas (Anexo A): Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho. Classificando-as a partir do nível macro das mesorregiões, microrregiões, regiões metropolitanas, regiões geográficas intermediárias e imediatas, regiões geoadministrativas, municípios e microterritórios.

É possível entender então aqui, a formação da pesquisa documental, visto que ela é um assunto não tão estranho assim, para quem já se consultou sobre pesquisa bibliográfica. A diferença crucial é que na pesquisa documental, ainda não houve um filtro analítico, e os materiais podem sofrer reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa. (LOPES, 2016)

Para Moreira (2005), a análise documental é o processo de reconhecimento, apuração e avaliação de documentos durante a pesquisa, além de ser tanto um método científico quanto uma técnica analítica. Segundo Oliveira (2007) “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais,

revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p.69). Assim sendo, a análise documental é um processo analítico complexo que possibilita reflexões em profundidades a partir de documentos.

O levantamento e coleta de dados dessas ações viabilizou a identificação em nível de registro institucional de instituições vinculadas e parcerias que foram estabelecidas no decorrer desse triênio através de nova política institucional de extensão universitária e visualizar como se deu o processo de territorialização da UFPB no Estado da Paraíba.

Esta pesquisa procurou também identificar a capacidade de articulação em microterritórios das ações de extensão do Programa “UFPB no seu Município”, verificando se as propostas foram desenvolvidas em parcerias com representantes dos três setores da sociedade, mais precisamente, se foram estabelecidos acordos de cooperação interinstitucionais e relações de parceria com outros Órgãos públicos, Associações, Fundações e Instituições sem fins lucrativos, Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, Organizações Não Governamentais - ONGs, Empresas públicas e privadas, de pequeno e grande porte e etc.

A análise qualitativa dos dados, objetivando a identificação de articulações sociais em rede extensionistas contextualizadas ao microterritório, buscou encontrar nas propostas elementos que as vinculam já nas suas concepções iniciais a adequação dessas ações aos contextos locais - sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais - e que se utilizem das potencialidades econômicas e perfis sócio-demográficos dos municípios para o desenvolvimento de ações mais efetivas, além de trabalharem com públicos-alvo específicos.

A idéia de análise sugere transformação. Você começa com alguma coleta de dados qualitativos (muitas vezes, volumosa) e depois os processa por meio de procedimentos analíticos, até que se transformem em uma análise clara, compreensível, criteriosa, confiável e até original. (GIBBS, 2009, p.16)

O presente projeto também teve por objetivo específico detectar ações que em suas propostas já foram demonstradas a realização de encontros dos integrantes extensionistas e parceiros para debater as bases estruturais da comunidade, tendo em vista o esclarecimento sobre as demandas da população visando a criação de

ações de extensão que sejam tenham por efeito solucionar problemas específicos da comunidade, evitando assim, o desenvolvimento de ações descontextualizadas.

Como parte do processo de construção das interpretações, foram analisadas as vinculações das ações de extensão com as políticas públicas municipais, regionais, estaduais e/ou nacionais através da busca de palavras-chaves e termos caracterizadores de políticas públicas específicas como apontadas no Apêndice I. Assim, buscou-se observar se os houveram impactos dessa vinculação nos municípios por meio dos questionários enviados, a saber se estas políticas foram continuadas e ampliadas pelos gestores municipais com vista a fortalecer o desenvolvimento das políticas públicas na Paraíba.

Além do mais, foi desenvolvido um questionário quali-quantitativo para sondar os extensionistas que foram coordenadores das 280 ações entre 2017 e 2019, para coletar dados referentes aos resultados relacionais posteriores de suas ações nos três eixos: Articulação Territorial, Políticas Públicas e Responsabilidade social.

Por último, esperava-se desenvolver *frameworks* (modelos genéricos) de ações que relacionassem os principais conceitos estudados para a criação de políticas institucionais de extensão universitária que viabilizassem espaços de diálogos em território paraibano e que fossem geradores de possibilidades de fomento (hélice tríplice) compartilhado a ações de extensão.

4. QUARTO PLATÔ - ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. RESULTADOS

Com o propósito de facilitar a identificação dos resultados obtidos durante o processo de pesquisa, foram estruturadas categorias, subcategorias e programas que mais caracterizassem as áreas das políticas públicas. No total foram elencadas sobre a categoria da Política Pública, oito subcategorias e oitenta e três programas e/ou políticas governamentais com vistas a fomentar o processo de análise documental, as mesmas podem ser verificadas no Apêndice I.

Após o processo de categorização, foram levantados 280 documentos com as propostas aprovadas nos Editais UFPB NO SEU MUNICÍPIO entre 2017 e 2019 no módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFPB. Com a posse dos arquivos, os mesmos foram inseridos junto ao banco de dados do software de análise qualitativa de dados, *Atlas.ti*.

A análise documental deu-se após a inserção e configuração das categorias, subcategorias e palavras-chaves no próprio *Atlas.ti*. Além disso, visando a melhor estruturação da informação, as subcategorias foram transformadas em “famílias” que acabaram por formar *clusters* com as palavras-chaves dentro do software. O modo de análise por famílias facilita a compreensão da vinculação dos termos buscados e suas relações entre si.

Os dados encontrados no *Atlas.ti* no processo de codificação foram analisados e limpos para a remoção de possíveis dados incorretos, que muito embora similares aos pesquisados, não condizem com as políticas públicas procuradas. As ocorrências finais serão apresentadas conforme as famílias dispostas no processo de pesquisa que constam no Apêndice I.

Os dados levantados sobre as Políticas de Educação foram estruturados na Tabela 3, ao total foram encontradas 203 ocorrências das palavras-chaves. Sendo que entre as 15 políticas e programas buscados, apenas cinco retornaram com ocorrências satisfatórias como podemos ver abaixo.

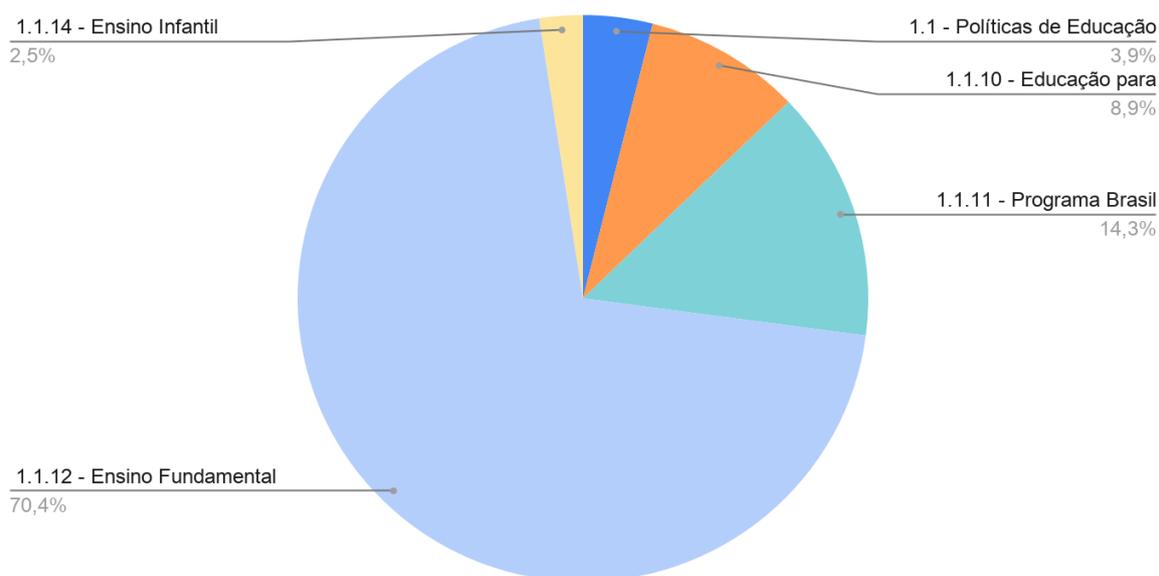
Tabela 3: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Educação.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO	Frequência
	1.1 - Políticas de Educação
1.1.1 - Programa Brasil Profissionalizado	0
1.1.2 - Educação em Prisões	0
1.1.3 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	0
1.1.4 - Programa Caminho da Escola	0
1.1.5 - Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND)	0
1.1.6 - Programa Escola Acessível	0
1.1.7 - MEDIOTEC	0
1.1.8 - Programa Universidade Para Todos (PROUNI)	0
1.1.9 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	0
1.1.10 - Educação para Jovens e Adultos (EJA)	18
1.1.11 - Programa Brasil Alfabetizado	29
1.1.12 - Ensino Fundamental	143
1.1.13 - Ensino Especial	0
1.1.14 - Ensino Infantil	5
TOTAL	203

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Como é possível ser verificado no Gráfico 1, a palavra-chave vinculada ao código de Ensino Fundamental foi a que mais gerou ocorrências no processo de codificação, no total ela retornou 143 (70,4%) citações na família das Políticas de Educação. Seguida pelos códigos do Programa Brasil Alfabetizado com 29 (14,3%) citações e da Educação para Jovens e Adultos com 18 (8,9%) citações.

Gráfico 1: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Educação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A família da área de Políticas Públicas da Saúde foi fragmentada em 12 códigos como mostra a Tabela 4, o que por sua vez gerou no processo de identificação 131 citações entre oito códigos distintos, apenas quatro códigos não produziram resultados. As frequências simples da área da Saúde podem ser consultadas na Tabela 4 mais abaixo.

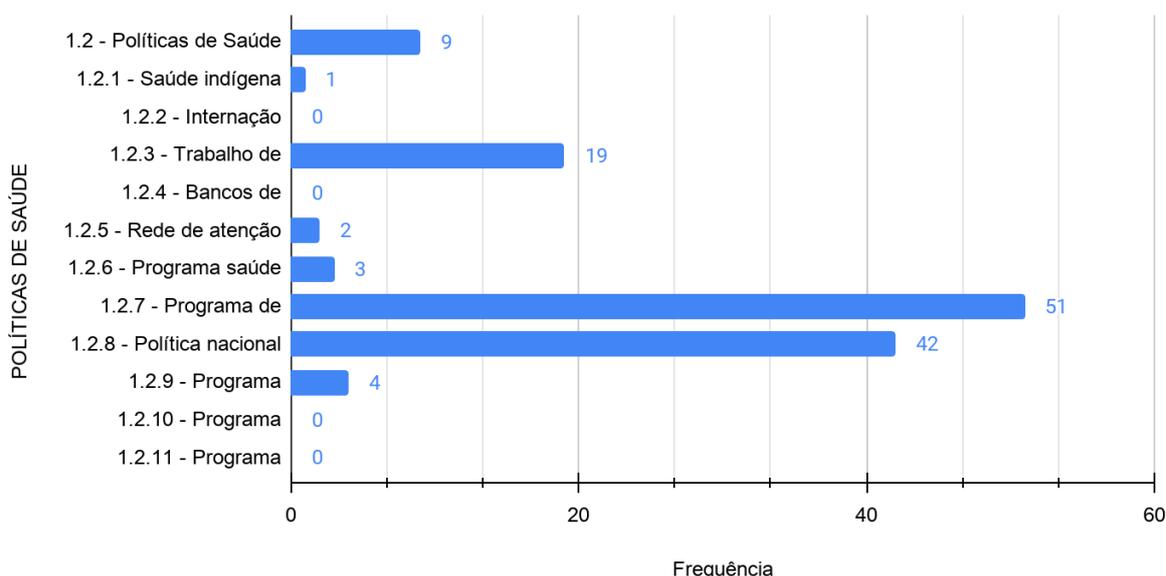
Tabela 4: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saúde.

POLÍTICAS DE SAÚDE	Frequência
1.2 - Políticas de Saúde	9
1.2.1 - Saúde indígena	1
1.2.2 - Internação domiciliar	0
1.2.3 - Trabalho de parto, parto e pós-parto imediato	19
1.2.4 - Bancos de sangue	0
1.2.5 - Rede de atenção psicossocial	2
1.2.6 - Programa saúde na escola	3
1.2.7 - Programa de saúde da família	51
1.2.8 - Política nacional de saúde bucal	42
1.2.9 - Programa nacional de imunizações	4
1.2.10 - Programa farmácia popular	0
1.2.11 - Programa nacional de imunizações	0
TOTAL	131

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No Gráfico 2 a quantidade de citações das palavras-chaves nos mostra que o código mais presente foi o do Programa de saúde da família com 51 ocorrências nos documentos. Esse código contabilizou 38,9% das citações totais, acompanhado dos códigos de 32,6% (42) da Política nacional de saúde bucal e de Trabalho de parto, parto e pós-parto imediato com 19 (14,5%) citações.

Gráfico 2: Quantidade de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saúde.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O cluster dentro do *Atlas.ti* das Políticas Públicas Urbanas aglomerou dez políticas sociais que concentraram 22 citações totais segundo a Tabela 5. As ocorrências foram divididas em seis códigos, pelo fato de que nesse recorte quatro códigos não forneceram resultados, a saber: Transporte Urbano; Mobilidade Urbana; Ocupações Urbanas; e Infraestrutura.

Tabela 5: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas Urbanas.

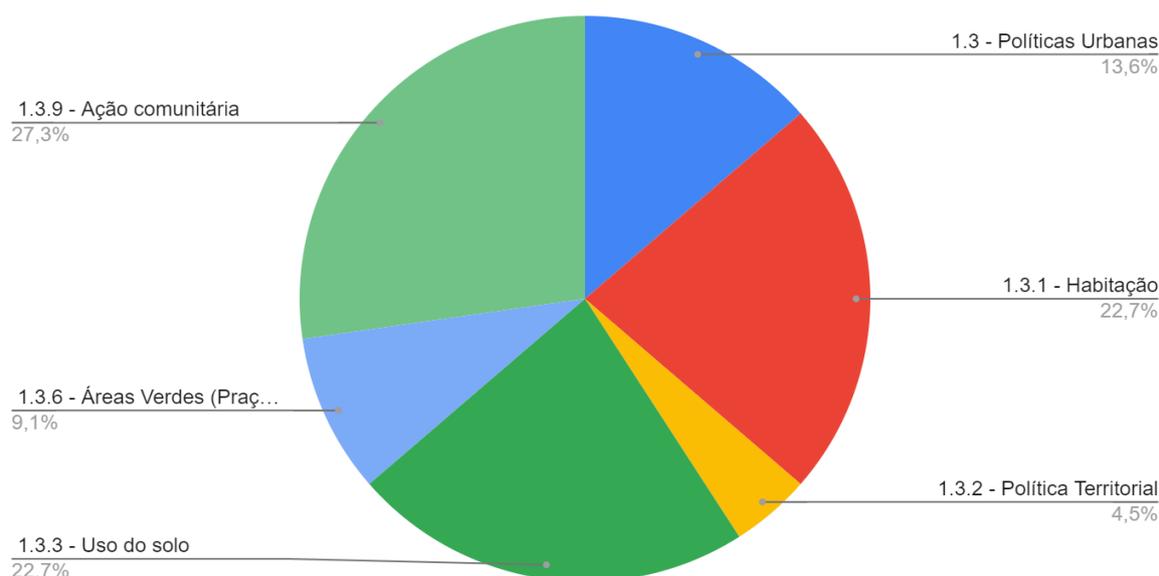
POLÍTICAS URBANAS	Frequência
	1.3 - Políticas Urbanas
1.3.1 - Habitação	5
1.3.2 - Política Territorial	1
1.3.3 - Uso do solo	5
1.3.4 - Transporte Urbano	0
1.3.5 - Mobilidade Urbana	0
1.3.6 - Áreas Verdes (Praças / Parques)	2
1.3.7 - Ocupações Urbanas	0

1.3.8 - Infraestrutura	0
1.3.9 - Ação comunitária	6
TOTAL	22

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Podemos observar no Gráfico 3 as áreas das políticas urbanas com maior incidência nas citações, a Política de Ação comunitária apresentou-se com seis (27,3%) ocorrências, as políticas de Habitação e de Uso de solo tiveram cinco citações cada uma, o que simboliza 22,7% do total encontrado nesta família.

Gráfico 3: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas Urbanas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Tabela 6 nos apresenta os resultados obtidos sobre a pesquisa com os códigos das Políticas Públicas de Renda e Emprego. Foram obtidas 194 citações, segmentadas em 14 programas e políticas, das quais nove delas não demonstraram resultado algum.

Tabela 6: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Renda e Emprego.

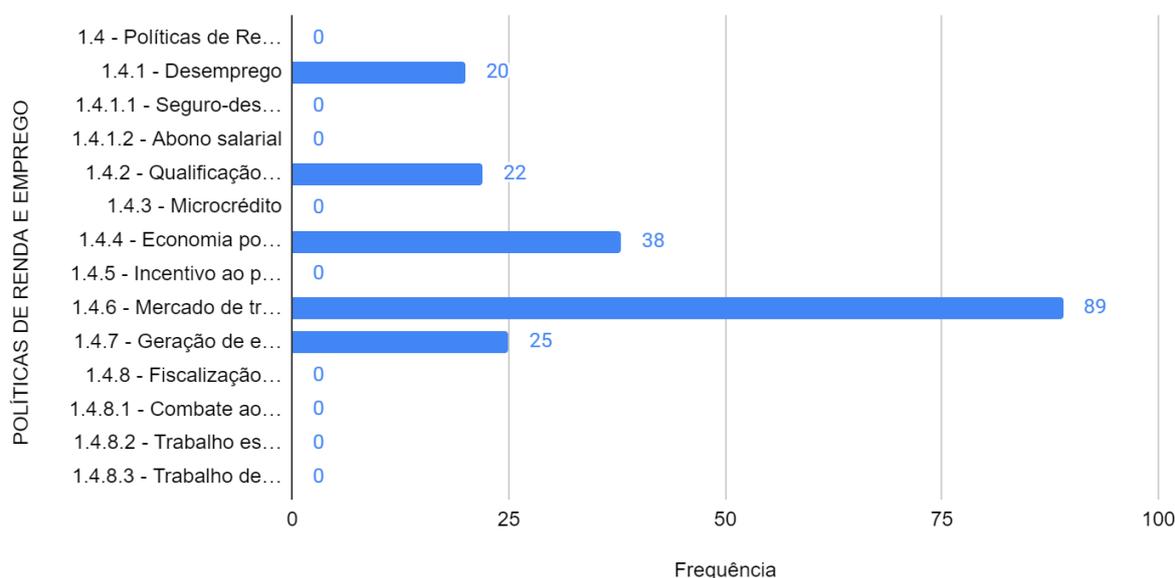
POLÍTICAS DE RENDA E EMPREGO	Frequência
	1.4 - Políticas de Renda e Emprego
1.4.1 - Desemprego	20
1.4.1.1 - Seguro-desemprego	0
1.4.1.2 - Abono salarial	0
1.4.2 - Qualificação profissional e de Intermediação de mão de obra	22
1.4.3 - Microcrédito	0

1.4.4 - Economia popular solidária	38
1.4.5 - Incentivo ao primeiro emprego	0
1.4.6 - Mercado de trabalho	89
1.4.7 - Geração de emprego e de renda	25
1.4.8 - Fiscalização do trabalho	0
1.4.8.1 - Combate ao trabalho infantil	0
1.4.8.2 - Trabalho escravo	0
1.4.8.3 - Trabalho decente	0
TOTAL	194

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Como pode ser visto no Gráfico 4, as porcentagens das citações nos cinco códigos encontrados na família das Políticas Públicas de Renda e Emprego, 89 (45,9%) são vinculados a Políticas de Mercado de trabalho, 38 (19,6%) às Políticas de Economia popular solidária e 25 (19,9%) as Políticas de Geração de emprego e de renda.

Gráfico 4: Quantidades de citações das Políticas Públicas de Renda e Emprego.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As Políticas Públicas de Saneamento Básico foram divididas entre cinco códigos distintos, dos quais apenas dois registraram ocorrências nos documentos das propostas aprovadas, totalizando as 30 citações estruturadas na Tabela 7, a saber: Políticas de Saneamento Básico e Drenagem.

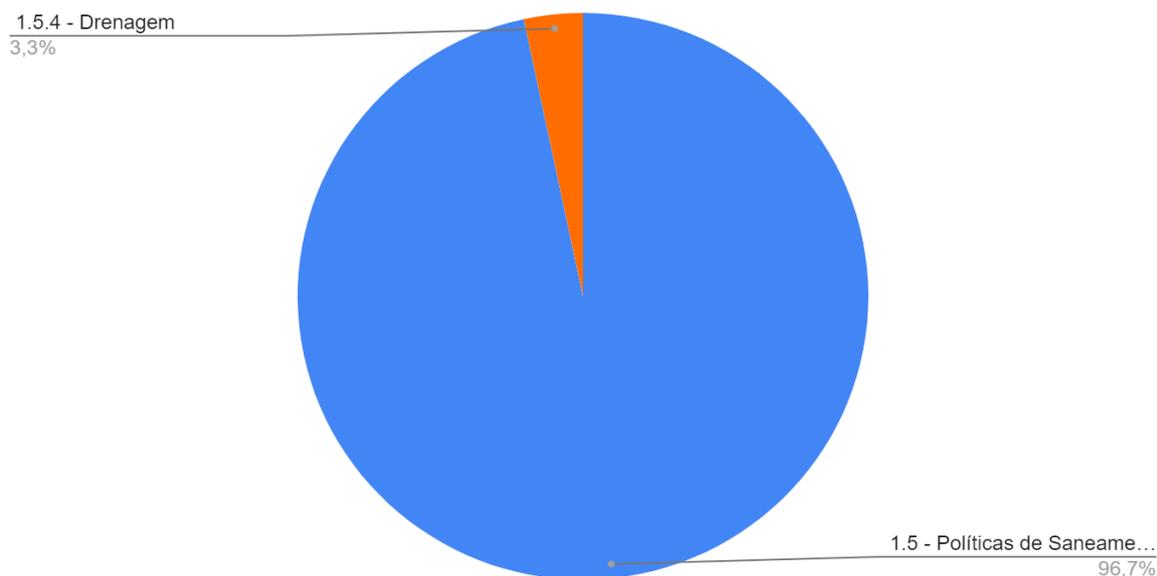
Tabela 7: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saneamento Básico.

POLÍTICAS DE SANEAMENTO BÁSICO	
	Frequência
1.5 - Políticas de Saneamento Básico	29
1.5.1 - Sistemas de tratamento de esgoto	0
1.5.2 - Tratamento de água	0
1.5.3 - Tratamento de Resíduos	0
1.5.4 - Drenagem	1
TOTAL	30

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O código de Políticas de Saneamento Básico marcou 29 citações, o que corresponde a 96,7% do total dessa área, já o código de Políticas de Drenagem retornou apenas uma citação, formando 3,3% de acordo com o Gráfico 5. As áreas que não registraram nenhuma citação foram: Sistemas de tratamento de esgoto; Tratamento de água; e Políticas de Tratamento de Resíduos.

Gráfico 5: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Saneamento Básico



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os dados da Tabela 8 revelam que 117 citações foram encontradas na família das Políticas Públicas de Políticas de Produção Agrícola, tendo sido divididos entre cinco códigos específicos. Além disso, a tabela mostra que não houveram nos

documentos citações no código correspondente às políticas relacionadas a área da Pesca.

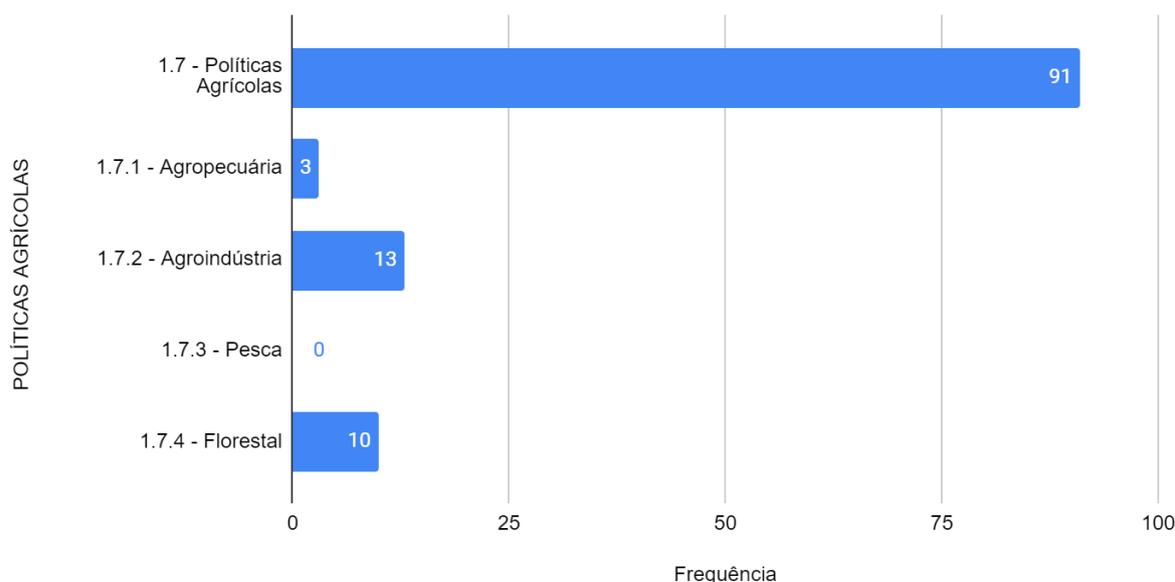
Tabela 8: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Políticas de Produção Agrícola.

POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Frequência
	1.7 - Políticas Agrícolas
1.7.1 - Agropecuária	3
1.7.2 - Agroindústria	13
1.7.3 - Pesca	0
1.7.4 - Florestal	10
TOTAL	117

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Entre as 117 ocorrências demonstradas no Gráfico 6, o código de Políticas Agrícolas foi o que mais demonstrou resultados, trazendo 91 citações, o que equivale a 77,8% do total. Já o código de Política Agroindustrial marcou 13 citações, computando 11,1% e o código de Políticas Florestais registrou 10 ocorrências, 8,5% das citações encontradas.

Gráfico 6: Quantidades de citações das Políticas Públicas de Produção Agrícola.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Foram observadas e apresentadas na Tabela 9 a família de códigos referente às Políticas Públicas de Meio Ambiente com um conjunto de 372 ocorrências. No eixo

da Política Ambiental foram pesquisadas nove políticas específicas da área, no entanto, três não conferiram citações, a saber: Lixo Urbano, Desmatamento e Educação Ambiental.

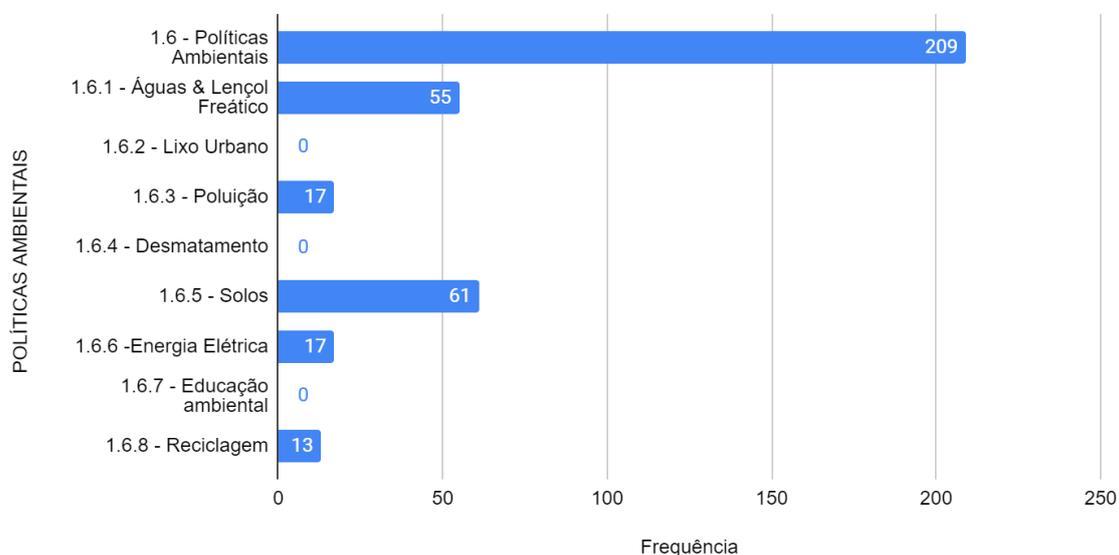
Tabela 9: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas Ambientais.

POLÍTICAS AMBIENTAIS	Frequência
	1.6 - Políticas Ambientais
1.6.1 - Águas & Lençol Freático	55
1.6.2 - Lixo Urbano	0
1.6.3 - Poluição	17
1.6.4 - Desmatamento	0
1.6.5 - Solos	61
1.6.6 -Energia Elétrica	17
1.6.7 - Educação ambiental	0
1.6.8 - Reciclagem	13
TOTAL	372

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Detectamos nesta família de códigos que três termos apresentaram mais citações e desse modo se destaca o código Políticas Ambientais com 209 (56,2%) com quase 40% de citações a mais do que o segundo código com mais ocorrências. O código Solos com 61 citações, soma aproximadamente 16,4% do total e o código Águas & Lençol Freático com 55 (14,8%), como podemos ver no Gráfico 7.

Gráfico 7: Quantidades de citações das Políticas Públicas Ambientais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Encontramos na Tabela 10 que é referente a família de códigos das Políticas Culturais, 13 códigos de áreas da cultura. Essa área marcou 387 citações, com exceção a cinco códigos específicos que não obtiveram nenhuma ocorrência entre as políticas públicas de cultura. A área na qual foram mais detectadas citações foi a de Artes.

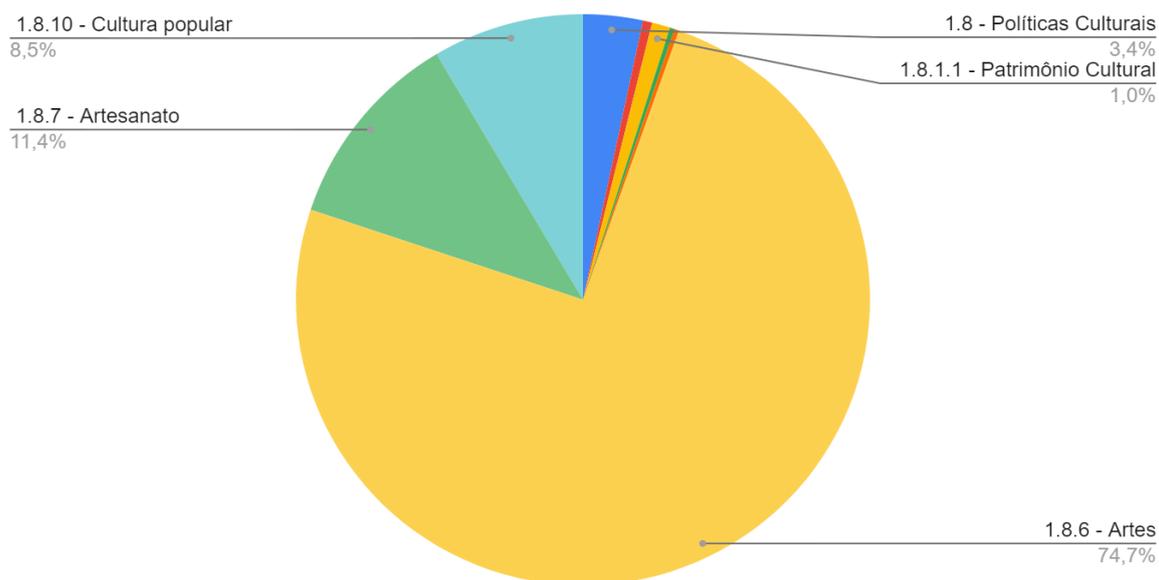
Tabela 10: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas de Cultura.

POLÍTICAS CULTURAIS	Frequência
1.8 - Políticas Culturais	13
1.8.1 - Patrimônio Histórico	2
1.8.1.1 - Patrimônio Cultural	4
1.8.1.2 - Patrimônio imaterial	1
1.8.1.3 - Patrimônio material	1
1.8.3 - Economia da cultura	0
1.8.4 - Economia criativa	0
1.8.5 - Indústrias criativas	0
1.8.6 - Artes	289
1.8.7 - Artesanato	44
1.8.9 - Cultura afro brasileira	0
1.8.10 - Cultura popular	33
1.8.11 - Cultura indígena	0
TOTAL	387

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Do modo exposto no Gráfico 8, podemos verificar a concentração setorial das políticas públicas da área da cultura. O código referente às Artes (Arquitetura, Escultura, Pintura, Música, Dança, Poesia e Cinema) trouxe 289 citações que significam um montante de 74,7%. Logo atrás ficou o código do Artesanato com 44 (11,4%) citações, seguido pelo código da Cultura Popular com 33 (8,5%).

Gráfico 8: Porcentagens de Palavras-chaves das Políticas Públicas Culturais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Desse modo e como veremos na Tabela 11, foram computadas 1456 ocorrências de citações satisfatórias, as demais que não correspondiam às realidades dos projetos foram excluídas. Assim podemos verificar que quatro famílias de Políticas Públicas evidenciam uma concentração das ocorrências que podem ser vistas no Gráfico 9.

Tabela 11: Frequência de Palavras-chaves das Políticas Públicas.

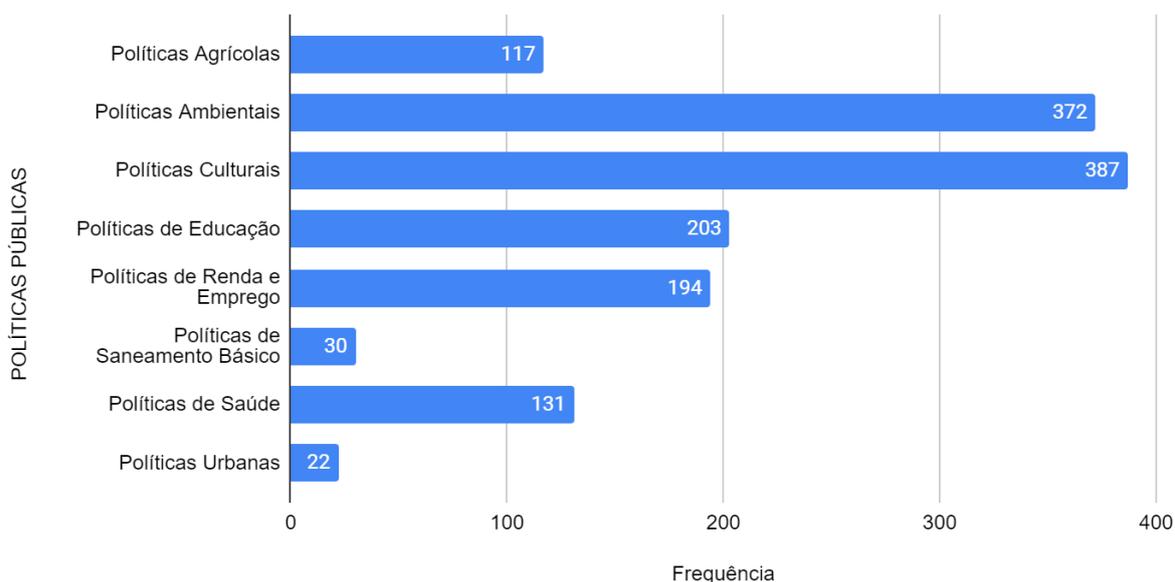
POLÍTICAS PÚBLICAS	Frequência
	Políticas Agrícolas
Políticas Ambientais	372
Políticas Culturais	387
Políticas de Educação	203
Políticas de Renda e Emprego	194
Políticas de Saneamento Básico	30
Políticas de Saúde	131
Políticas Urbanas	22
TOTAL	1456

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O Gráfico 9 nos revela que as áreas de maior concentração são: as Políticas Culturais, com 387 (26,6%) citações; as Políticas Ambientais, com 372 (25,5%)

citações; as Políticas de Educação, com 203 (13,9%) citações e as Políticas de Renda e Emprego, com 194 (13,3%) citações. Inclusive podemos identificar que as Políticas Culturais e Ambientais juntas somam aproximadamente 52.1% do total geral de citações nos documentos de propostas aprovadas nos três editais do Programa “UFPB no seu Município”.

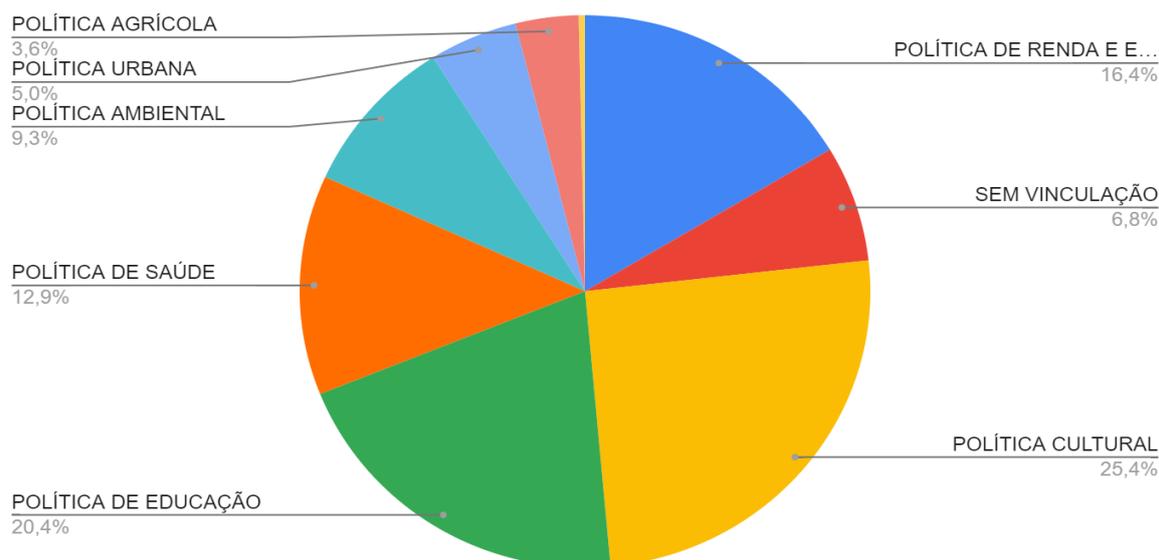
Gráfico 9: Quantidades de citações das Políticas Públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A partir dos resultados foi possível efetuar o processo de vinculação conceitual entre as ações de extensão com políticas públicas. Em conformidade com os dados extraídos dos documentos dos projetos e cursos aprovados, 261 propostas possuíam aproximações com as áreas das políticas públicas até então pontuadas, sendo que apenas 19 não demonstraram nenhuma vinculação. Sobre como ficaram divididas as ações por semelhança com áreas das políticas públicas, temos o Gráfico 10.

Gráfico 10: Porcentagem de ações de extensão vinculadas às Políticas Públicas.



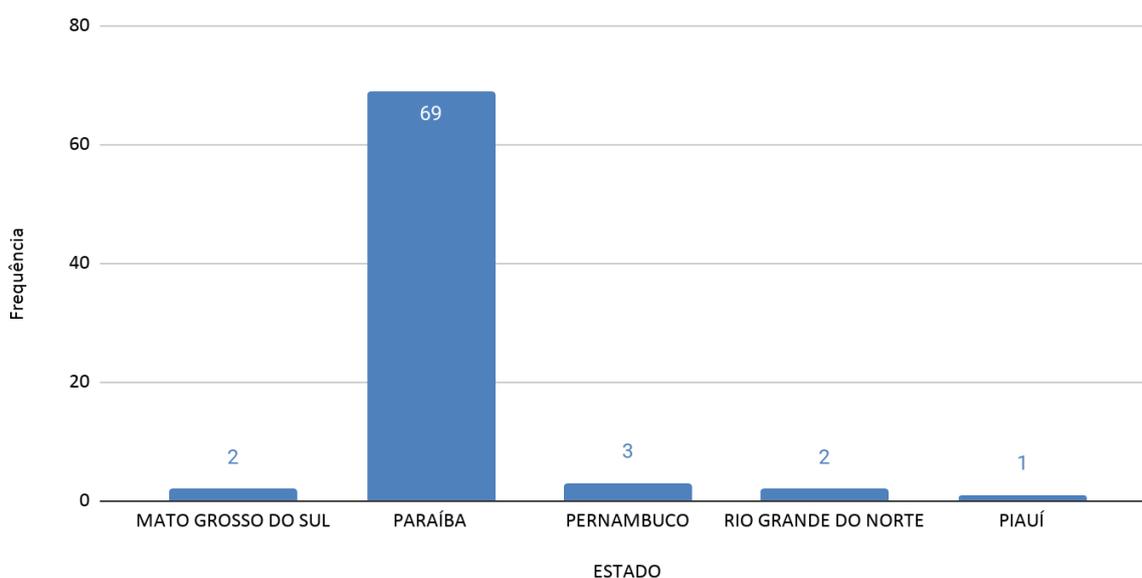
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O Gráfico 10 nos apresenta as setorizações das ações, nas quais temos as Políticas Públicas Culturais com maior número de projetos e cursos, 71 ações foram vinculadas com essa área, um total de 25,4%. A área que ficou em segundo lugar em números de vinculações foi a de Políticas Públicas da Educação com 57 (20,4%) ações atribuídas. A terceira área de destaque foi a das Políticas Públicas de Renda e Emprego com 46 (16,4%) ações.

Com o propósito de identificar possíveis construções e implementações das ações de extensão a partir de articulação em redes/coletivos/parcerias contextualizadas ao microterritório, foram identificados 560 locais de realização das ações entre 77 municípios espalhados pelos Estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul (ver Gráfico 11). Para facilitar as análises, os locais de realização foram agregados em 50 tipos de locais¹⁶ diferentes.

¹⁶ Por conta do tamanho da Tabela 12, a qual traz os 50 Tipos de Locais de Realização, a mesma foi inserida no Apêndice II.

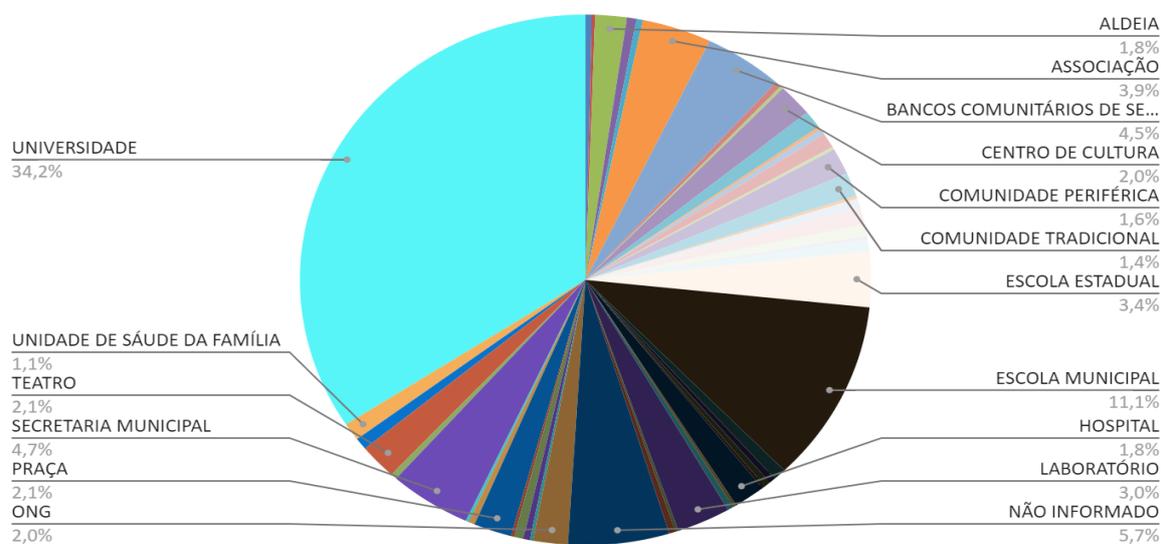
Gráfico 11: Quantidade de Municípios divididos por Estados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O Gráfico 12 nos mostra que 34,2% (191) dos locais de realização estavam dentro de Universidades, 11,1% (62) dos locais eram Escolas Municipais, 4,7% (26) eram Secretarias Municipais, 4,5% eram Bancos Comunitários de Sementes e 3,9% (22) eram Associações. Além disso, apenas 5,7% (32) não informaram os locais de realização exatos e de forma precisa para que se pudessem identificar.

Gráfico 12: Porcentagem dos Locais de Realização divididos por Tipos.

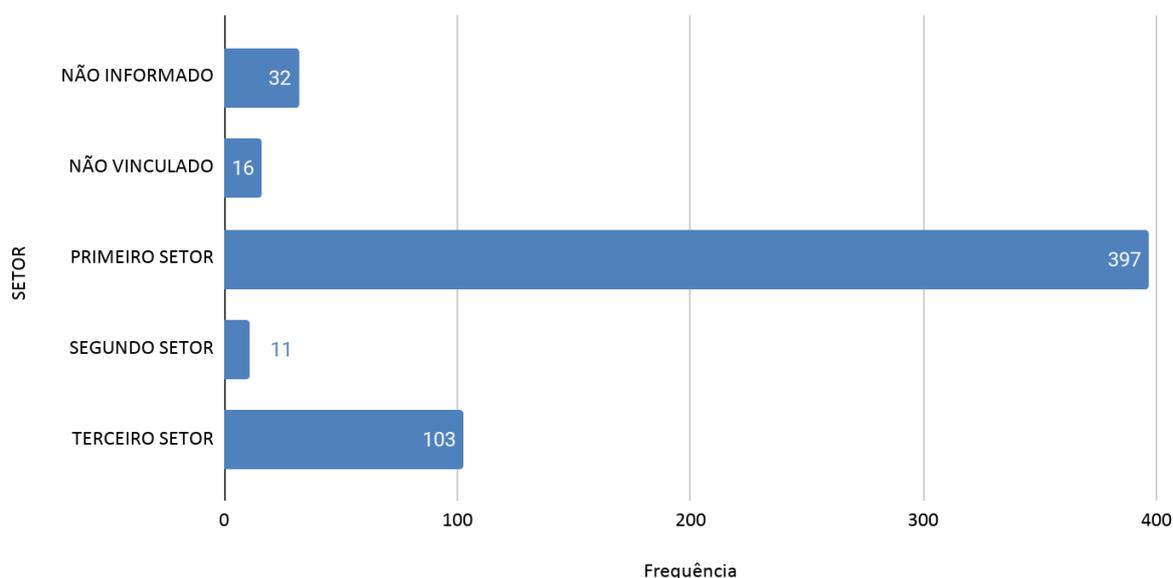


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com os Locais de realização das ações de extensão identificados e agrupados por Tipos de Locais, foi possível classificá-los mediante suas vinculações com os três setores da sociedade através das categorias primeiro Setor (Estado), segundo Setor (Mercado) e terceiro setor (Sociedade Civil), além das categorias Não informado e Não vinculado. A última categoria citada, fez-se necessária por conta de locais de realização que não possuíam vinculação com nenhum dos setores especificamente como por exemplo, Assentamentos e Comunidades Tradicionais.

Dessa maneira, pudemos verificar que 397 locais de realização são vinculados à órgãos das Esferas Municipais, Estaduais e Federais, agrupando 71% de todos os locais encontrados. 103 (18,4%) locais fazem parte da Sociedade Civil e apenas 11 (2%) são vinculados à Empresas privadas. Por outro lado, 16 (2,9%) locais não eram vinculados a nenhum dos três setores como pode ser contemplado no Gráfico 13.

Gráfico 13: Quantidade dos Locais de Realização divididos por Setores.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para comparação entre os dados que possivelmente seriam identificados nas propostas aprovadas, foram criados três formulários idênticos, sendo que a única diferenciação eram as variáveis “ano” e “título da ação”. Esta distinção deu-se pelo fato de que entre as 280 ações desenvolvidas e divididas por ano, como mostra o Quadro 5, haviam somente 209 coordenadores únicos entre professores e técnicos. Eventualmente, esse número revela que servidores aprovaram propostas em mais de um ano.

Quadro 6: Quantidade de propostas aprovadas nos Editais do Programa UFPB no seu Município.

EDITAL	PROPOSTAS APROVADAS
EDITAL PRAC Nº 03/2019	125
EDITAL PRAC Nº 03/2018	99
EDITAL PRAC Nº 03/2017	56

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos referidos editais lançados pela PROEX-UFPB.

Desse modo, fez-se necessário facilitar a compreensão sobre qual ação eles deveriam caracterizar, em busca de evitar possíveis confusões a respeito dos preenchimentos. Os questionários foram enviados diretamente aos e-mails dos servidores durante o período de setembro a novembro de 2020. Como resultado, foram obtidas 135 respostas de 113 (51.13%) coordenadores, o que constitui 48,21% das 280 propostas aprovadas e desenvolvidas. Os questionários foram estruturados em seis seções, dentre elas iremos expor aqui dados da terceira seção, a de relacionamento dos projetos com as Políticas Públicas.

Quadro 7: Quantidade de respostas obtidas aos questionários por Editais do Programa UFPB no seu Município.

EDITAL	RESPOSTAS
EDITAL PRAC Nº 03/2019	63
EDITAL PRAC Nº 03/2018	42
EDITAL PRAC Nº 03/2017	30

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Entre as oito áreas temáticas da extensão, houve apenas uma área que não obteve nenhuma resposta, a de Trabalho. Esta área, no que tange ao total de ações entre as 280 ações aprovadas, corresponde somente a 0,4%, o que significa uma única ação entre o somatório global. As demais ações podem ser vistas na Tabela 13.

Tabela 13: Quantidade de respostas aos questionários por Áreas Temáticas dos Projetos.

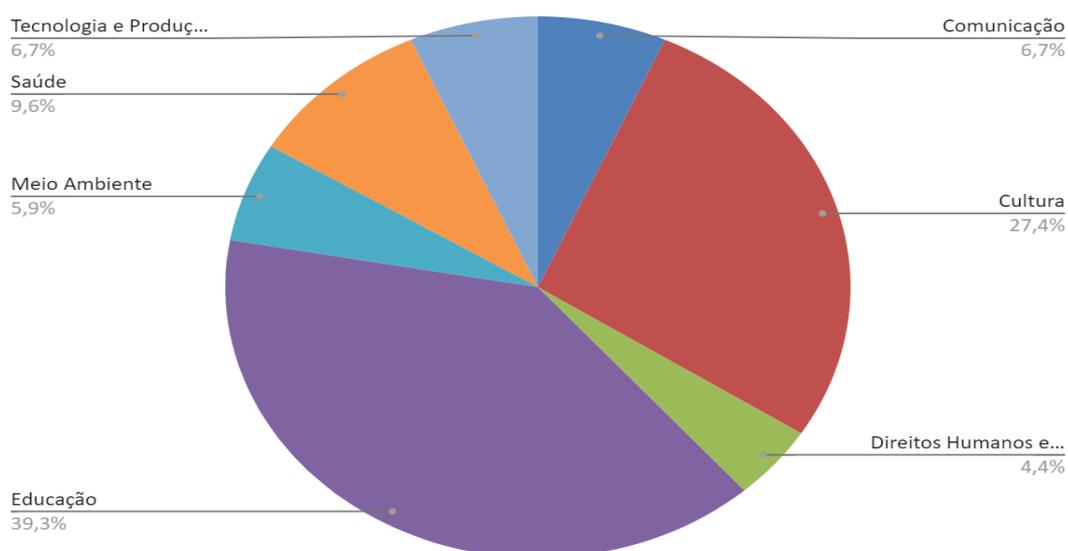
ÁREA TEMÁTICA	Frequência
Comunicação	9
Cultura	37
Direitos Humanos e Justiça	6
Educação	53
Meio Ambiente	8
Saúde	13
Tecnologia e Produção	9

TOTAL	135
-------	-----

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Como exposto na tabela anterior e no Gráfico 14, as ações das quais foram recebidas respostas segmentam-se a formar uma expressiva porcentagem na área de Educação, que obteve 53 (39,3%) respostas, seguida pela área temática da Cultura com 37 (27,4%) respostas e a área de Saúde com 13 (9,6%) respostas. Assim, podemos identificar o grau demonstrativo da representatividade de cada área temática nas respostas somadas dos três questionários enviados.

Gráfico 14: Porcentagem de respostas aos questionários por Áreas Temáticas dos Projetos.

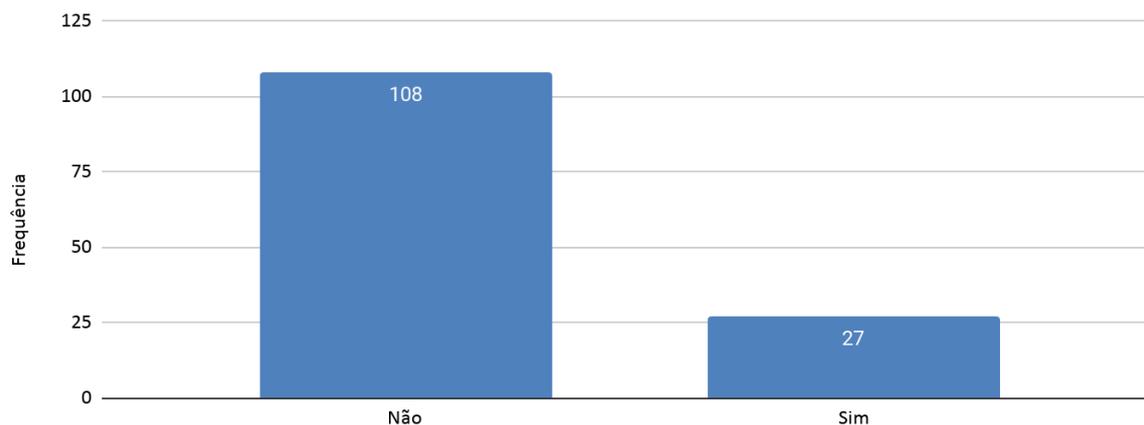


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Na seção sobre as Políticas Públicas dos questionários, foram abordadas questões que possibilitasse identificar e analisar a construção de políticas públicas a partir de ações de extensão. Desse modo, com a pergunta “Após o desenvolvimento da ação de extensão, no território onde ela foi desenvolvida foi gerada alguma política pública a partir do projeto?” foram obtidas 27 (20%) respostas afirmativas entre os 135 questionários.

Gráfico 15: Quantidade de ações que geraram políticas públicas.

Após o desenvolvimento da ação de extensão, no território onde ela foi desenvolvida foi gerada alguma política pública a partir do projeto?

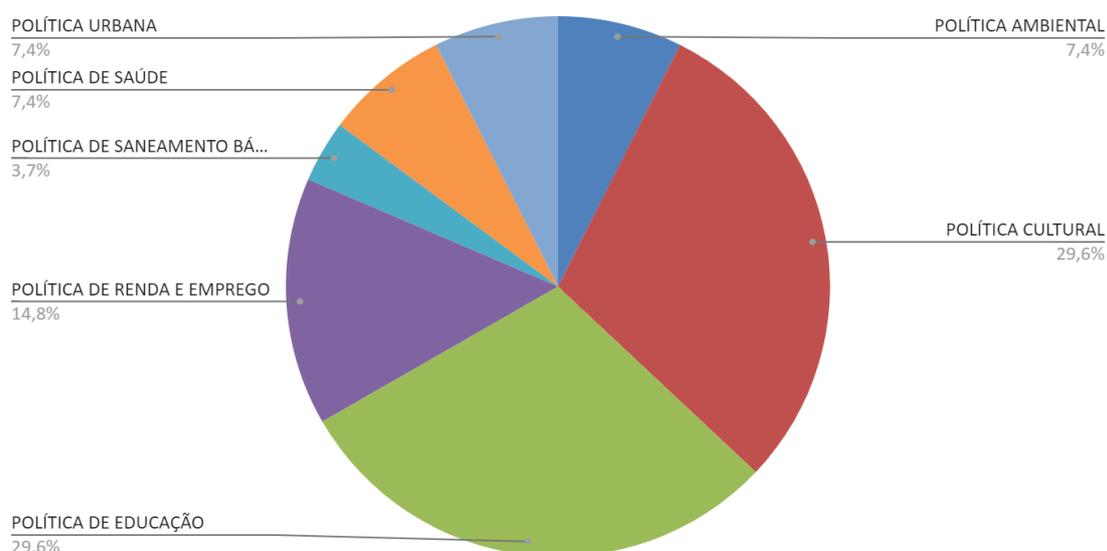


Após o desenvolvimento da ação de extensão, no território onde ela foi desenvolvida foi gerada alguma política pública a

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Detectamos com a questão complementar a anterior, “Se sim, qual foi a política pública gerada?”, que entre as 27 ações que resultaram em políticas públicas, as mesmas se concentram nas áreas de Políticas Públicas de Cultura e de Educação, ambas com oito (29,6%) resultados, e a área de Renda e Emprego registrando quatro (14,8%) resultados. As setorizações das políticas podem ser vistas no Gráfico 16.

Gráfico 16: Porcentagem de ações que geraram políticas públicas por setores.

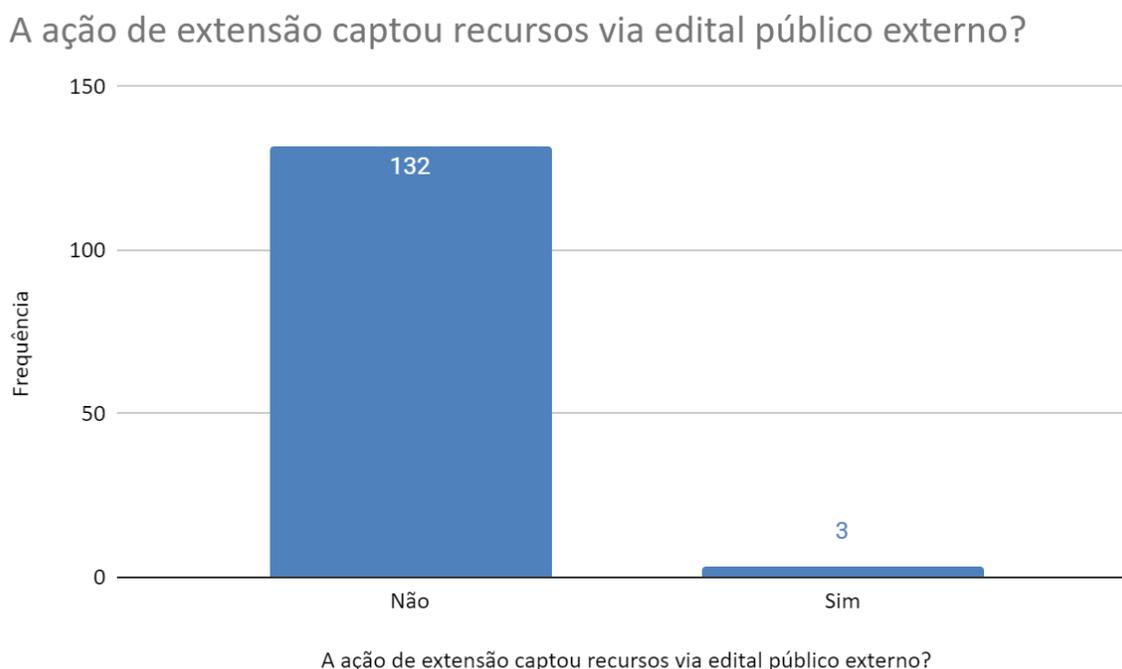


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com o objetivo de analisar possibilidades de fomento (hélice tríplice: Estado, Mercado e Sociedade Civil) compartilhado a ações de extensão, foram lançadas duas

questões, a primeira visando identificar possibilidades de captação de recursos via editais externos à UFPB. Nessa primeira questão, das 135 respostas, apenas três (2,2%) foram positivas, entre os valores captados foram identificados um projeto que recebeu R\$13.000,00 e os outros dois receberam R\$500,00.

Gráfico 17: Quantidades de ações que captaram recursos externos via Editais.

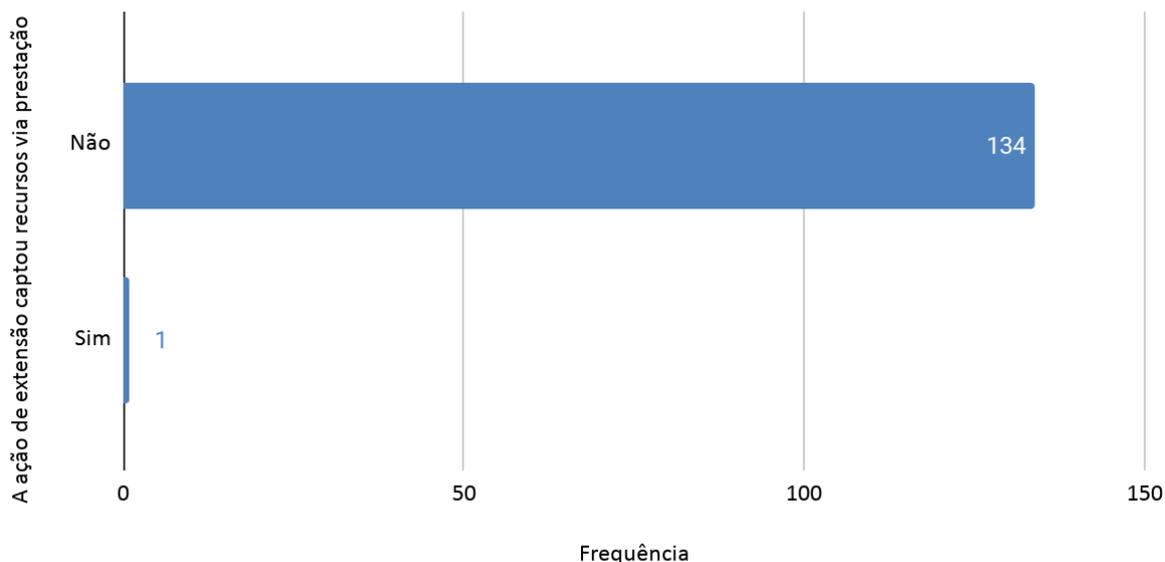


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Já a segunda questão sobre recursos, visava identificar ações de extensão que poderiam ter captado recursos via prestação de serviços acadêmicos especializados, modalidade prevista na Política nacional de extensão. No entanto, para essa pergunta apenas uma (0,7%) resposta foi afirmativa entre os 135 questionários, sendo que não foi indicado o valor recebido.

Gráfico 18: Quantidades de ações que captaram recursos externos via prestação de serviços acadêmicos.

A ação de extensão captou recursos via prestação de serviços acadêmicos especializados?



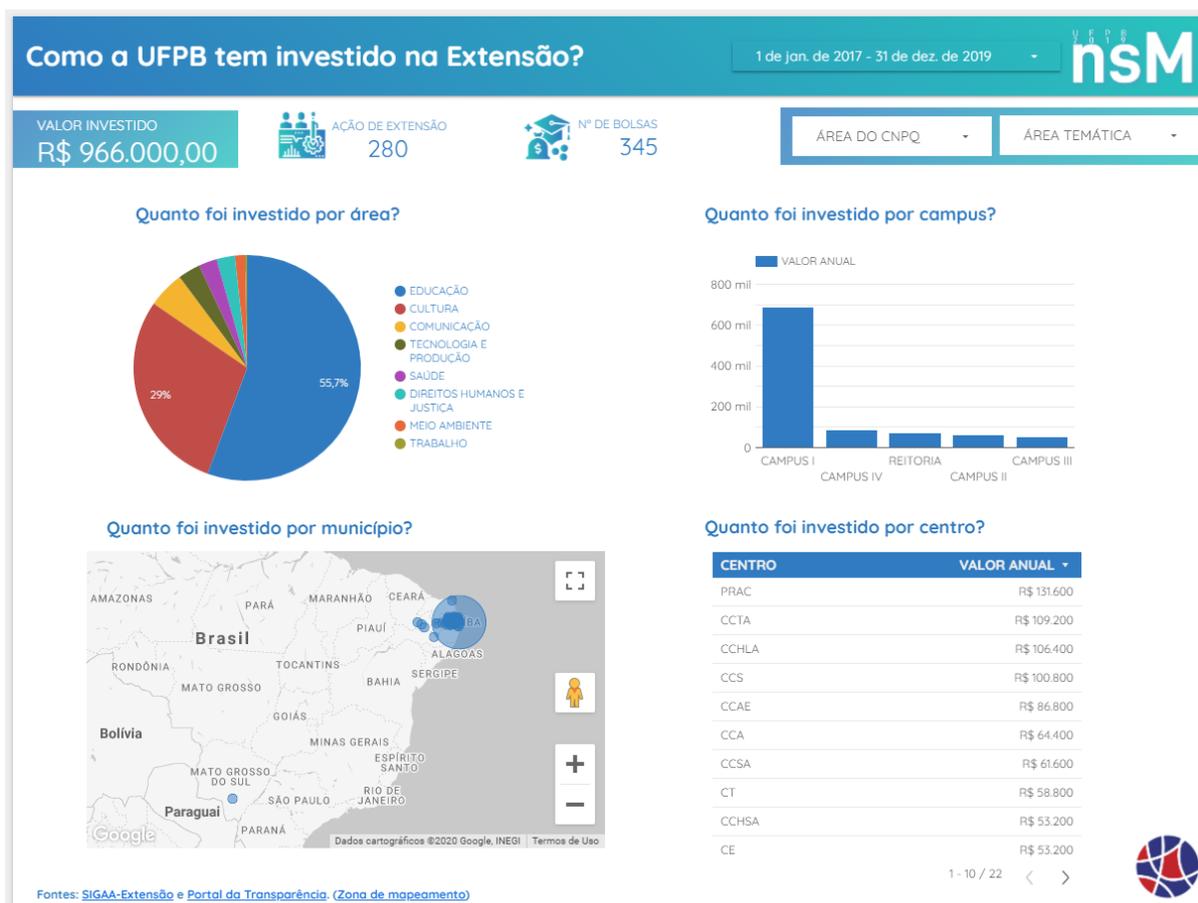
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

4.2. DISCUSSÕES

A fim de compreender as relações entre as ações de extensão do Programa “UFPB no seu município”, as políticas públicas e os territórios onde elas foram desenvolvidas, é que se fez necessária esta análise. A mesma foi propiciada pela pesquisa documental das propostas aprovadas, pela formação do banco de dados na Plataforma do *Google Data Studio*¹⁷ com as informações contidas sobre estas no SIGAA-UFPB e pelos três questionários como foram citados anteriormente.

¹⁷ O infográfico dinâmico em forma de dashboard está disponível em: <https://bit.ly/TCC-UNSM>.

Figura 6 – Infográfico Dinâmico de dados do Programa “UFPB no seu município”



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Como pudemos observar na exposição dos dados obtidos através da análise documental do software *Atlas.ti*, a área das Políticas Culturais foram as que mais se destacaram dentre as 280 ações desenvolvidas pelos três editais, chegando a 71 (25,4%) ações vinculadas com esta área. A ênfase na política cultural condiz com os objetivos propostos inicialmente pela Pró-reitoria de Extensão da UFPB em criar uma política extensionista para fomentar a articulação entre artistas e produtores culturais e o desenvolvimento cultural no território paraibano. Estes dados, se comparados com as políticas públicas de cultura geradas a partir das relações com os municípios, 29,6% das políticas, nos revela um grande potencial de articulação com tomadores de decisão além da alta demanda por criação de políticas nesta área.

A área da Educação, segundo eixo principal do Programa também obteve grau elevado de vinculação com as políticas públicas, sendo que 57 (20,4%) ações de extensão foram relacionadas a políticas educacionais. Nesta área foi encontrada correlação positiva com Programas como o Brasil Alfabetizado e com os níveis da

Educação para Jovens e Adultos e do Ensino Fundamental, tendo neste último expressiva porcentagem de ações. Aliás, a área da Educação foi uma das que mais gerou políticas públicas, sendo responsável por 29,6% do total.

De acordo com os dados, as Políticas de Renda e Emprego, com claro realce para as ações vinculadas a “Economia popular solidária” e a “Qualificação profissional e de Intermediação de mão de obra”, foram a terceira área com maior incidência sobre as propostas, isto demonstra uma elevada preocupação dos proponentes em desenvolver ações de combate ao desemprego. Detecta-se que 14,8% das políticas públicas geradas estão relacionadas à área de Renda e Emprego. Este número aponta para uma interdisciplinaridade das ações, principalmente se levada em consideração que mesmo tendo a área temática de Trabalho poucos projetos, a área de Renda e Emprego foi foco de vários projetos.

A área da Saúde foi geradora de 7,6% das políticas públicas e contou 36 projetos vinculados. Essa área, já consolidada entre as ações de extensão da UFPB realizadas através do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX), possui baixa adesão no Programa UFPB no seu município, no qual só constam 10 (3,6%) ações nos três anos. No entanto, é de longe uma das áreas que mais se articulam com as políticas públicas a partir do Sistema único de Saúde - SUS, seu caráter é essencialmente transversal. Para reforçar essa vinculação, os resultados levantados nos fazem perceber sua proximidade com o Programa de saúde da família e a Política nacional de saúde bucal.

Ao investigar a área temática de Meio Ambiente, verifica-se que das 280 ações de extensão, apenas 5 (1,8%) ações são desta área. Ao serem comparados os dados apurados na análise documental, identificamos que 26 projetos (9,3%) estão associados às Políticas Ambientais, através das políticas de Uso dos solos e das Águas. Essa associação além de ter como resultados 7,4% das políticas públicas constituídas, evidenciou importantes parcerias com aldeias indígenas, assentamentos, comunidades tradicionais, etc.

Políticas Urbanas são as políticas públicas que dizem respeito às demandas geradas pelas zonas urbanas dos municípios, as cidades e seus distritos. Entre elas estão as ações de Transporte e Mobilidade Urbana, Infraestrutura e a Política Territorial. Os resultados expostos anteriormente, 14 (5%) projetos vinculados a

Políticas Urbanas, apontam para ações de extensão que dialogam com as demandas de Habitação e Uso de solos urbanos e para o melhor uso da zona urbana por meio das duas (7,4%) políticas públicas formuladas.

As ações relacionadas às Políticas de Saneamento Básico foram responsáveis pela formulação de uma política pública, o que corresponde a 3,7% do total. As políticas de saneamento básico interrelacionam-se com as políticas urbanas, já que trabalham com temas como: sistemas de tratamento de esgoto; tratamento de água; e Políticas de Tratamento de Resíduos. Pode-se ver que mesmo havendo várias potencialidades de ações nessa área e o edital tendo como um de seus princípios o desenvolvimento sustentável, ainda há pouca efetividade de impacto social das ações relacionadas.

A área das Políticas Agrícolas, que conta com 3,6% (10) das ações extensionistas, foi a única área que não expôs formulações de políticas públicas. No entanto, revela articulações com o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), com os cursos Bacharelado em Agroindústria, Bacharelado em Agroecologia, com Bancos comunitários de sementes, associações e assentamentos. Essas articulações atestam o compromisso com as comunidades na produção de conhecimento aliado ao território.

Por meio dos dados, observou-se a expansão de articulação para o desenvolvimento de ações de extensão muito além do território paraibano, expandindo-se até Estados da região nordeste como Pernambuco e Rio Grande do Norte, e da região Centro-Oeste, no caso do Mato Grosso do Sul (Gráfico 19). Essa reterritorialização das ações de extensão se manifesta por meio da flexibilidade das criações de relações entre os extensionistas, por assim dizer baseada na teoria deleuze-guattariana do rizoma. Assim sendo, pode-se compreender que o processo de articulação territorial cria também novas linhas com possibilidades de ações em novos territórios.

Figura 7: Grafo da Rede de Extensão do Programa UFPB no seu município no Brasil.

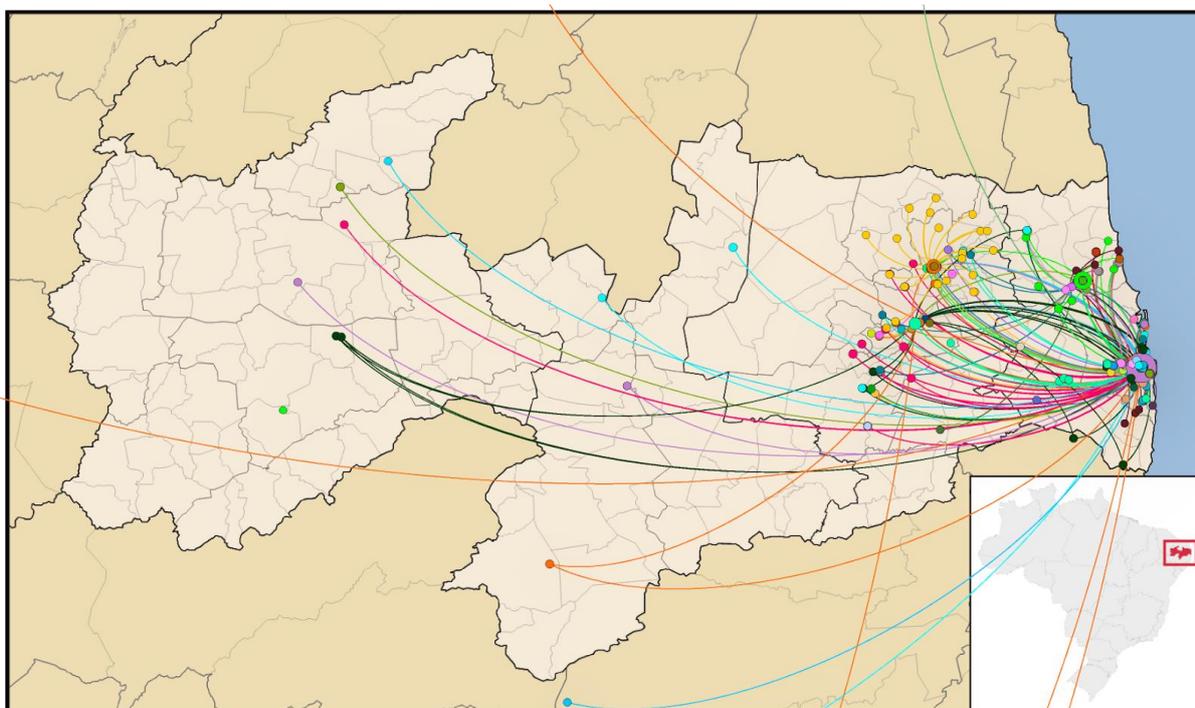


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Verifica-se que em termos de articulação setorial, as ações de fato conseguiram ser realizadas em parcerias com diversos setores da sociedade. Estes dados revelam uma força de produção de ações baseadas na interlocução para formação de novas parcerias principalmente em relação a parceiros do Primeiro e Terceiro setor. Essas ações em conjunto ratificam o interesse em desenvolver projetos e cursos vinculados aos entes e órgãos governamentais para obter maior eficácia e impacto social na vida das comunidades. Além disso, a articulação com o terceiro setor indica uma abertura maior à participação social e a relevância dada às necessidades das comunidades.

Sobretudo, quando se analisa o número de articulações com múltiplas entidades de todos os três setores, 319 parcerias, fica nítido a capacidade de diálogo dos extensionistas com diversos tipos de grupos. Vale salientar que 65% das ações de extensão acontecem em outros locais do território paraibano e não somente dentro da UFPB como podemos ver no Gráfico 20.

Figura 8: Grafo da Rede de Extensão do Programa UFPB no seu município na Paraíba.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020) baseado em mapa da Wikipédia.

Faz-se necessário pontuar também que os dados apontam para uma baixa relação com o segundo setor, o que por sua vez mostra sinais de timidez na relação universidade-empresa. No entanto, como exposto anteriormente, o diálogo entre universidade e empresas tem se expandido e tornado cada vez mais uma realidade no Brasil, o que abre possibilidades de captação de recursos.

A partir dessas respostas, pode-se identificar a correlação entre a articulação em rede proposta pelo Programa “UFPB no seu município” como interlocutor entre os órgãos governamentais, empresas e a sociedade civil e a formulação de políticas públicas. Em suma, confirma-se a hipótese alternativa 1 (H1) como hipótese válida neste trabalho.

Os resultados encontrados nos fazem descartar a Hipótese nula (H0), tendo em vista que os dados confirmaram que a ampla articulação territorial em rede subsidia os processos de interlocução entre a universidade e os três setores para o desenvolvimento de parcerias. Além de contribuírem para a criação de políticas públicas contextualizadas em microterritórios junto aos três setores da sociedade.

Mediante as propostas dos projetos e análise dos Editais, não foi possível identificar uma política de comunicação institucional que priorize diretamente o diálogo com os municípios através de suas secretarias municipais, nem com as empresas e com organizações do terceiro setor. Essa ausência nos traz à tona a baixa comunicabilidade da Pró-reitoria de Extensão com os demais parceiros, foram pouquíssimas as reuniões com representantes públicos para discutir parcerias vinculadas ao Programa UFPB no seu município e seus resultados foram menores ainda. Por assim dizer, as relações que foram geradas resultaram apenas no interesse dos próprios proponentes.

Desse modo, as parcerias até então expressas podem ser potencializadas se levado em consideração o design de relações interconectadas fundamentado na ação dialógica rizomática pensada a partir do diálogo entre Habermas (1987), Freire (1983) e Deleuze e Guattari (1995). Criando assim pontes para novas ações em novos territórios fortalecidos pela prática do diálogo multissetorial, favorecendo a emancipação dos cidadãos, a alteridade e a descentralização de tomadas de decisões baseadas nos interesses dos três setores.

5. QUINTO PLATÔ - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados nos capítulos anteriores, foi possível identificar as potencialidades de articulação das ações de extensão da UFPB com os três setores da sociedade e com diversas organizações em várias áreas; avaliar a reterritorialização de ações desenvolvidas em outras unidades federativas; analisar a formulação de políticas públicas a partir das ações de extensão; e compreender as possibilidades de captação de recursos pelos proponentes.

O presente tema da interlocução dialógica multissetorial fez-se importante por conta do atual estado de crise econômica-política-social que assola a sociedade brasileira. Discutir esse tema dentro da academia possibilita abrir novas pontes de diálogo sobre as relações universidade-sociedade-empresa até então muito criticadas. Por um lado, os acadêmicos, mesmo com dificuldades de criarem interações, conseguiram aprofundar o diálogo com as comunidades, mas ainda são poucos os pesquisadores que conseguem difundir seus conhecimentos de forma acessível para a sociedade e menos ainda os pautam suas pesquisas nas reais necessidades da mesma. Por outro lado, tem receio da perda de autonomia das universidades a partir da abertura para o diálogo com as necessidades das empresas.

É importante salientar que as parcerias são possíveis, desde que respeitem os interesses dos setores envolvidos e que cheguem ao entendimento mútuo. É preciso pensar um projeto de universidade que se pautem pela responsabilidade social, pelo respeito às demais camadas da sociedade, principalmente as comunidades postas à margem sem iguais oportunidades de acesso à educação, a saúde, ao trabalho decente e as demais políticas sociais de redução das desigualdades que assolam nossa sociedade.

Desta forma percebemos que é alto o grau de territorialização das ações de extensão, sendo que elas são realizadas em todas as mesorregiões do Estado da Paraíba e em outros quatro estados brasileiros. Foi percebido que as ações de extensão possuem elevada capacidade de articulação de múltiplas organizações públicas e privadas. Verificou-se a possibilidade de captarem recursos externos para

fomento às suas atividades. Além disso, o potencial para criação de políticas públicas contextualizadas com as realidades locais.

A pesquisa documental feita pelo software *Atlas.ti*, além de propiciar a análise aprofundada dos documentos, resultou numa melhor estruturação da informação e identificação das ações de extensão com as políticas públicas. Essa análise foi essencial para a compreensão da realidade em qual estavam inseridas as ações e perceber suas vinculações naturais com as políticas públicas elencadas.

A criação de um banco de dados dentro da Plataforma *Google Data Studio* estruturado a partir das informações e dados contidos no SIGAA da UFPB, do IBGE, do SEBRAE e do Mapa dos OSC's possibilitou a triangulação dos dados e a conexão de variáveis independentes, resultando num infográfico dinâmico para análise dos dados. Essa ferramenta pode ser utilizada tanto como referencial para análise da política de extensão implementada quanto para a melhoria e expansão da mesma. Além da identificação das organizações e sua territorialização pelos quatro estados brasileiros.

A aplicação dos questionários junto aos coordenadores das ações de extensão evidenciou as produções de novas políticas públicas e as interações com as comunidades externas da UFPB. Isso revela a capacidade da UFPB em impactar positivamente o território paraibano, resultando na melhoria da qualidade de vida do povo em quase oitenta municípios parceiros das ações. Dessa maneira, podemos dizer que os cinco objetivos específicos foram atingidos.

Tendo em vista os aspectos observados, se faz necessário apontamento de dificuldades na execução deste projeto: 1) A pandemia mundial da SARS-COV-2 ocasionada pelo coronavírus; 2) curto prazo para execução do mesmo; 3) A segmentação dos dados em diversas fontes diferentes.

A pandemia causada pelo coronavírus em 2020 e seu impacto no mundo, aprofundou a crise econômica-política-social em que se encontra o Brasil. Produzir uma monografia sobre diálogo, respeito e políticas públicas em tal momento, quando se está à beira de um colapso social com milhares de pessoas perdendo suas vidas, onde os representantes sociais apenas preocupam-se com ações de fins eleitoreiros, põe em xeque nossa saúde mental e nos faz repensar conceito de humanidade.

Por conta dessa mesma pandemia, os dois períodos de adaptação da universidade foram chamados de suplementares. Sendo que a pesquisa foi desenvolvida no segundo período suplementar que teve duração de aproximadamente três meses, de setembro a dezembro de 2020. Esse curto espaço de tempo forçou a rápida execução do projeto, o que dificultou o avanço nas proposições e a reflexão crítica tão necessária para este trabalho.

A terceira maior dificuldade deu-se por conta da fragmentação das informações e dados necessários à execução deste trabalho em várias bases de dados distintas. Agregar tantos dados de diferentes formações em pouco tempo não seriam possíveis, por isso optou-se por diminuir a quantidade de dados captados para serem analisados.

Dessa forma, este trabalho almeja contribuir para uma reflexão crítica da extensão cidadã, na qual o design das ações leve em consideração as opiniões das comunidades onde elas serão desenvolvidas. Espera-se também que os gestores universitários possam vê-lo como uma provocação para a construção de políticas institucionais de extensão que sejam aliadas às políticas públicas municipais, estaduais e federais objetivando o desenvolvimento territorial a partir da interlocução multissetorial.

Com a instituição de uma política interlocução dialógica com os demais setores da sociedade Paraibana, conforme as concepções da gestão da comunicação baseadas na educomunicação, seria possível realizar chamadas e consultas públicas para parcerias a partir das quais fossem formados acordos de cooperação entre a UFPB e os demais parceiros, fossem os gestores municipais, empresários, representantes civis e etc. Outro elemento relevante para a construção de propostas mais focadas nas políticas públicas seria as vinculações das mesmas com as linhas da extensão (Anexo B).

Quanto a proposições finais, trazemos a necessidade de um maior aprofundamento de estudos na relação universidade-empresa, essa articulação se bem fundamentada e construída com a área da Economia do setor público, poderá ter múltiplos benefícios para as universidades, principalmente em uma época em que as mesmas têm sofrido cada vez mais cortes orçamentários por conta dos últimos governos.

Outra possibilidade de estudos, é a inter-relação entre Habermas, Freire, Deleuze e Guattari, e pode-se acrescentar também Martín-Barbero. O diálogo é essencial para a construção das teorias desses quatro autores, estudá-los em conjunto na área da comunicação pública e organizacional poderá trazer diversos conhecimentos e novas perguntas.

É importante ressaltar o conceito de ação dialógica rizomática como uma tertúlia científica com vistas a potencialidade da produção emancipadora extensionista. Por último, espera-se que os resultados obtidos durante a pesquisa e neste trabalho expostos possam fomentar as políticas públicas, a participação social e o diálogo multissetorial.

6. REFERÊNCIAS

Agência USP de Inovação. Disponível em: <<http://www.inovacao.usp.br/conexaousp/>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

AMARAL, N. (Coord.) **Políticas públicas: conceitos e práticas**. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. 48 p. Série Políticas Públicas.

BENSO, Aline. **Processos de comunicação, transparência e publicização em práticas de gestão social: o caso do território da cidadania Noroeste Colonial**. 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Decreto nº N° 7.233**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº N° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.. **Plano Nacional de Educação - Pne**. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (2018). Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.. Brasília, DF, 18 dez. 2018. Disponível em: http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2018/rces007_18%20-%20MEC%20CNE.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. **REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS UNIVERSIDADES EMPREENDEDORAS E OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORAS TECNOSOCIAIS**. 2014.

BURITY, J. A. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública nãoestatal. In: LUBAMBO, C. et al (Org.). **Desenho institucional e participação**

política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005. Cap.3. p. 63-107.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de políticas públicas.* 2018.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. Ranking de competitividade dos estados. Disponível em: <<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/indicador/inovacao/pb>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. CHAMADA CNPq Nº 12/2020. Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação MAI/DAI. 2020.

CORRÊA, Edson José. **Extensão universitária:** organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma geografia do cotidiano:** território, cultura e homoerotismo na cidade. 2007.

DE ARAUJO, Cristiano Cassiano; DOS SANTOS CALDAS, Alcides. **Território, territorialização, territorialidade e a questão agrária:** impasses socioespaciais, possibilidades analíticas. *Geosul*, v. 34, n. 70, p. 358-384, 2019.

DELEUZE, Gilles. Gilles Deleuze Claire Parnet. **Diálogos**, 1980.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**, v. 1, p. 3, 1995.

DOS SANTOS, Aldenor Soares; DE LACERDA, Carmelita Torres; DE SOUSA BARBOSA, Marinalva. A importância da cooperação universidade-empresa na formação do profissional. (2019)

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local.** Brasiliense, 2017.

FIEC. Índice FIEC de inovação dos estados, 2018. Disponível em: <<https://arquivos.sfiiec.org.br/sfiiec/files/files/Indice%20FIEC%20de%20Inovacao%20dos%20Estados.pdf>>

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasil, 2012

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasil, 2006

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?.* Editora Paz e Terra, 1983.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 259-268, 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**:: Coleção Pesquisa Qualitativa. 1. ed. São Paulo -SP: Bookman Editora, 2009.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. O pensamento mítico na teoria da ação comunicativa. Campinas, Idéias, v. 12, n. 2, p. 13. 2005

GONÇALVES, M.J. A Gestão Colaborativa de Conflitos entre Turismo e Território: o caso do Litoral Troia-Melides. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2012 (Tese de Doutorado).

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. trad. **Flávio Beno Siebeneichler**, v. 2, p. 2, 1997.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2020. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?municipio=2501005>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

JOÃO PESSOA-PB. CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSUNI. Resolução 61/2014. 2014. Disponível em: <<http://plone.ufpb.br/prac/contents/paginas/portaarquivos/resolucao-atividades-de-extensao-no-61-2014.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

JOÃO PESSOA-PB. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. Universidade Federal da Paraíba. UFPB em números (2012-2018). 2019. Disponível em: <http://www.ufpb.br/acessoainformacao/contents/documentos/ufpb-numeros_2012-2018.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

JOÃO PESSOA-PB. Programa UFPB no seu município promove curso de Vivência em Ações Legislativas na Câmara Municipal de Areia. Matéria publicada pela em 06/12/2013 por ASCOM – Reitoria. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/antigo/content/programa-ufpb-no-seu-munic%C3%ADpio->

promove-curso-de-viv%C3%Aancia-em-a%C3%A7%C3%B5es-legislativas-na-c%C3%A2mara-mun>. Acesso em: 25 out. 2020.

JOÃO PESSOA-PB. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. . Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. 2019. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

JOÃO PESSOA-PB. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. . Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. 2018. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_ufpb_2014-2018.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Ediciones de la Torre, 2010.

LOPES, J. **Fazer Do Trabalho Científico Em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge University Press, 1997.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, p. 7-42, 2014.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 73, p. 45-66, 2005.

MEDEIROS, Crisvalter R. de A.; BARBOSA, Emerson Lopes; AMARAL, Daniel Theodósio do. Servidores e alunos do IFPB participam de Oficinas de Vídeos para Mídias Sociais realizadas pelo programa Educomunicação/Proexc. **Rede Rizoma: ação reflexão**, João Pessoa, v. 2, p.01-05, 14 dez. 2017. Anual. Disponível em: <<http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rederizoma/article/view/1805>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTOYA-GALLEGO, Erney. La Calle como escenario de Comunicación y como Microterritorio Urbano: descripción a partir de cinco calles de Rionegro. **Desarrollo y Territorio III: comunidad, familia y educación**, p. 163.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, p. 269-279, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"**? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável**. 2020. Disponível em: <http://plades.pb.gov.br/sobre-o-plades>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PORTER, Robert; PORTER, Kerry-Ann. Habermas and the pragmatics of communication: a Deleuze–Guattarian critique. **Social Semiotics**, v. 13, n. 2, p. 129-145, 2003.

RELATÓRIO de Gestão da UFPB. 2013. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RELATÓRIO de Gestão da UFPB. 2014. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2014>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RELATÓRIO de Gestão da UFPB. 2015. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufpb-2015.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RELATÓRIO de Gestão da UFPB. 2016. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RELATÓRIO de Gestão da UFPB. 2017. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2017>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RELATÓRIO de Gestão da UFPB. 2018. Disponível em: <<https://drive.ufpb.br/s/t3XKdyTzDiYt2Bf>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

REVEZ, Jorge. Papel das Associações de desenvolvimento local e regional, como estrutura organizacional e funcional inovadora de gestão no desenvolvimento local: A experiência portuguesa do Alentejo. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 115-139, 2014.

RIZOMA. In: **PROYECT IDIS: Investigación en Diseño de Imagen y Sonido**. Disponível em: <https://proyectoidis.org/rizoma/rizoma/> . Acesso em 24 out. 2020.

SANTOS, Boaventura S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo:Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11).

SIEGEL, S., & CASTELLAN Jr., N. J. (2006). *Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2a Edição.

SILVA, Jailson; ANSEL, Thiago. **Mídia e favela: comunicação e democracia nas favelas e espaços populares**. Observatório de favelas, ed, v. 1, p. 6-52, 2012.

SOARES, I de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011

SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. *Rede rizoma: movimento de extensão no IFPB*. **João Pessoa, PB: IFPB**, 2016.

SOUSA, B.A.; MEDEIROS, V.M. (2016) *Rede rizoma: Movimento de Extensão no IFPB*. 1ª. ed. João Pessoa/PB: Editora do IFPB, 2016. v. v.1. 108p

University of Toronto, John H. Daniels Faculty of Architecture, Landscape, and Design, “Cities, Trees, and Rhizomes,” June 14, 2013, <http://www.daniels.utoronto.ca/news/2013-06-14/daniels-faculty-currentand-former-students-featured-upcoming-urban-ecologies-2013>, Acesso em: 24 out. 2020.

VALENTE, Jonas. **Venício Artur de Lima - “Os grupos contrários à liberdade de expressão são os mesmos que empunham a bandeira da liberdade de expressão”**. 2012. Entrevista concedida ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2787:catid=28&Itemid=23IPEA. Acesso em: 01 mar. 2020.

XAVIER, Antonio Carlos. *Letramento digital: impactos das tecnologias na aprendizagem da Geração Y*. **Calidoscópico**, v. 9, n. 1, p. 3-14, 2011.

WEBER, Max Weber. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Fondo de Cultura Económica, 1964.

ANEXO A

Quadro das Áreas Temáticas	
Área Temática	Definição
1. Comunicação	Comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária, rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional na área.
2. Cultura	Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional na área.
3. Direitos Humanos	Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária; cooperação interinstitucional na área.
4. Educação	Educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional na área.
5. Meio Ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; educação ambiental; gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais; cooperação interinstitucional na área.
6. Saúde	Promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de droga; cooperação interinstitucional na área.
7. Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; direitos de propriedades e patentes; cooperação interinstitucional na área.
8. Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho; cooperação interinstitucional na área.

ANEXO B - Tabela para classificação de ações de extensão

Linhas de Extensão	
Linha de Extensão	Definição
1. Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2. Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3. Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4. Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5. Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6. Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
7. Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8. Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9. Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10. Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11. Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12. Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência

	jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13. Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14. Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró-atividade.
15. Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16. Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17. Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18. Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19. Estilismo	Estilismo e moda.
20. Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21. Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22. Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23. Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24. Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
25. Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26. Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção

	(educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27. Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28. Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29. Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30. Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31. Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33. Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34. Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35. Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37. Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38. Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos;

	desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39. Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40. Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41. Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.
42. Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43. Saúde animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44. Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45. Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46. Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47. Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
48. Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário
49. Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50. Temas específicos / Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da

	saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.
51. Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
52. Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais
53. Uso de drogas e dependência química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

APÊNDICE I

Categorias, subcategorias e políticas

Categoria	Subcategoria	Palavras-chaves
Política Pública	Políticas de Educação	1.1 - Políticas de Educação 1.1.1 - Programa Brasil Profissionalizado; 1.1.2 - Educação em Prisões; 1.1.3 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); 1.1.4 - Programa Caminho da Escola; 1.1.5 - Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND); 1.1.6 - Programa Escola Acessível; 1.1.7 - MEDIOTEC; 1.1.8 - Programa Universidade Para Todos (PROUNI); 1.1.9 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); 1.1.10 - Educação para Jovens e Adultos (EJA); 1.1.11 - Programa Brasil Alfabetizado; 1.1.12 - Ensino Fundamental; 1.1.13 - Ensino Especial; 1.1.14 - Ensino Infantil;
	Políticas de Saúde	1.2 - Políticas de Saúde; 1.2.1 - Saúde indígena; 1.2.2 - Internação domiciliar; 1.2.3 - Trabalho de parto, parto e pós-parto imediato; 1.2.4 - Bancos de sangue; 1.2.5 - Rede de atenção psicossocial; 1.2.6 - Programa saúde na escola; 1.2.7 - Programa de saúde da família; 1.2.8 - Política nacional de saúde bucal; 1.2.9 - Programa nacional de imunizações; 1.2.10 - Programa farmácia popular; 1.2.11 - Programa nacional de imunizações;
	Políticas Urbanas	1.3 - Políticas Urbanas; 1.3.1 - Habitação; 1.3.2 - Política Territorial; 1.3.3 - Uso do solo; 1.3.4 - Transporte Urbano; 1.3.5 - Mobilidade Urbana; 1.3.6 - Áreas Verdes (Praças / Parques); 1.3.7 - Ocupações; 1.3.8 - Infraestrutura; 1.3.9 - Ação comunitária;
	Políticas de Renda e Emprego	1.4 - Políticas de Renda e Emprego; 1.4.1 - Desemprego; 1.4.1.1 - Seguro-desemprego; 1.4.1.2 - Abono salarial; 1.4.2 - Qualificação profissional e de intermediação de mão de obra; 1.4.3 - Microcrédito; 1.4.4 - Economia popular solidária; 1.4.5 - Incentivo ao primeiro emprego; 1.4.6 - Mercado de trabalho;

		<ul style="list-style-type: none"> 1.4.7 - Geração de emprego e de renda; 1.4.8 - Fiscalização do trabalho; 1.4.8.1 - Combate ao trabalho infantil; 1.4.8.2 - Trabalho escravo; 1.4.8.3 - Trabalho decente;
	Políticas de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> 1.5 - Políticas de Saneamento Básico; 1.5.1 - Sistemas de tratamento de esgoto; 1.5.2 - Tratamento de água; 1.5.3 - Resíduos; 1.5.4 - Drenagem; 1.5.5 - Saneamento Básico;
	Políticas Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> 1.6 - Políticas Ambientais; 1.6.1 - Águas & Lençol Freático; 1.6.2 - Lixo Urbano; 1.6.3 - Poluição; 1.6.4 - Desmatamento; 1.6.5 - Solos; 1.6.6 -Energia Elétrica; 1.6.7 - Educação ambiental; 1.6.8 - Reciclagem;
	Políticas Agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> 1.7 - Políticas Agrícolas; 1.7.1 - Agropecuária; 1.7.2 - Agroindústria; 1.7.3 - Pesca; 1.7.4 - Florestal;
	Políticas Culturais	<ul style="list-style-type: none"> 1.8 - Políticas Culturais; 1.8.1 - Patrimônio Histórico; 1.8.1.1 - Patrimônio Cultural; 1.8.1.2 - Patrimônio imaterial; 1.8.1.3 - Patrimônio material; 1.8.3 - Economia da cultura; 1.8.4 - Economia criativa; 1.8.5 - Indústrias criativas; 1.8.6 - Artes; 1.8.7 - Artesanato; 1.8.9 - Cultura afro brasileira; 1.8.10 - Cultura popular; 1.8.11 - Cultura indígena;

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE II

Tabela 12: Tipos de Locais de Realização.

TIPOS DE LOCAIS DE REALIZAÇÃO
ACAMPAMENTO
AGÊNCIA DE TURISMO
ALDEIA
ASSENTAMENTO
ASSESSORIA
ASSOCIAÇÃO
BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES
CASA DE REPOUSO
CENTRO DE ATENÇÃO
CENTRO DE CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR
CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA
COLÉGIO
COLÉGIO AGRÍCOLA
COMUNIDADE PERIFÉRICA
COMUNIDADE TRADICIONAL
CONSELHO ESTADUAL
CONSELHO REGIONAL
CRECHE
DISTRITO SANITÁRIO DE SAÚDE
ESCOLA DE DANÇA
ESCOLA DE MÚSICA
ESCOLA ESTADUAL
ESCOLA MUNICIPAL
ESCOLA PRIVADA
FARMÁCIA ESCOLA
FEIRA LIVRE
GINÁSIO DE ESPORTES
HOSPITAL
HOTEL

IGREJA
LABORATÓRIO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MUSEU
NÃO INFORMADO
ONG
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
OSCIP
PARQUE
PONTO TURÍSTICO
PRAÇA
RÁDIO
RESTAURANTE POPULAR
SECRETARIA MUNICIPAL
SINDICATO
TEATRO
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA
UNIVERSIDADE

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).